



Copel Distribuição S.A.

CNPJ/MF 04.368.898/0001-06

Inscrição Estadual 90.233.073-99

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel

www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco C - Mossungue - Curitiba - PR

CEP 81200 - 240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2012



COPEL

Copel Distribuição S.A.



SUMÁRIO

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE	3
1. PERFIL ORGANIZACIONAL.....	5
1.1.Participação no Mercado.....	5
1.2.Copel Distribuição em Números.....	5
1.3.Certificações e Prêmios	6
2. GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	7
2.1.Estrutura e Boas Práticas de Governança.....	7
2.2.Política de Sustentabilidade e Cidadania Corporativa	9
2.3.Referencial Estratégico	9
3. DESEMPENHO OPERACIONAL	10
3.1.Análise macroeconômica	10
3.2.Análise Setorial	11
3.3.Desempenho	12
3.4.Pesquisa & Desenvolvimento.....	14
4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	15
4.1.Receita Operacional Líquida	15
4.2.Custos e Despesas Operacionais	15
4.3.EBITDA ou LAJIDA	16
4.4.Resultado Financeiro	16
4.5.Endividamento	16
4.6.Lucro Líquido	17
4.7.Valor Adicionado.....	17
4.8.Inadimplência de Consumidores	17
4.9.Programa de Investimentos	18
5. DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL	19
5.1.Força de trabalho	19
5.2.Fornecedores.....	23
5.3.Clientes.....	24
5.4.Comunidade	24
5.5.Projetos e Programas Corporativos.....	26
5.6.Meio ambiente	28
6. BALANÇO SOCIAL	30
7. COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA.....	33



COPEL

Copel Distribuição S.A.



MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

O Relatório da Administração da Copel Distribuição referente a 2012 mostra um ano positivo, com marcos significativos para a história desta subsidiária.

Neste ano, a Companhia passou a marca de 4,0 milhões de ligações elétricas, garantindo a distribuição de energia para mais de 10,0 milhões de pessoas no Paraná.

Os investimentos em distribuição também foram significativos, de R\$ 778,1 milhões em 2012, sendo 70% deste valor destinado aos sistemas elétricos de média e baixa tensões – que concentra a maioria de nossos consumidores – e o valor restante no sistema elétrico de alta tensão, que inclui subestações e linhas de 69 kV e 138 kV.

A adoção do padrão de redes compactas (protegidas) para a rede de distribuição apresenta-se como um dos destaques entre as medidas inovadoras a que a Copel Distribuição vem recorrendo para garantir a qualidade do fornecimento de energia. Uma das principais responsáveis pela redução significativa de nosso DEC/FEC, esta tecnologia passou de 1.200 km para 3.900 km apenas no biênio 2011-2012.

Iniciamos também no último ano, a implantação do processo de telemedição, com a meta de alcançar 100% dos consumidores de média e alta tensão até o final de 2013, o que nos permitirá evitar um custo anual de R\$ 3,6 milhões com este procedimento, além de reduzir a ocorrência de intervenções irregulares por parte de terceiros.

No Litoral do Paraná, destacou-se a complexa operação de engenharia naval para o lançamento de 22 km de cabos submarinos ligando o continente às ilhas da região, e o início da implantação de centrais de geração solar para levar energia com qualidade e confiabilidade a 500 famílias de comunidades isoladas, com impactos mínimos à flora e à fauna daquela área de Mata Atlântica.

Em 2012, a Copel Distribuição ultrapassou a exigência regulatória e totalizou 411 unidades de atendimento presencial abertas em todos os municípios de sua área de concessão. Também ampliamos os canais de atendimento virtual, facilitando o acesso a solicitações de serviços e reduzindo os custos para a Companhia. Hoje, pode-se entrar em contato com a Copel Distribuição por meio da Agência Virtual na internet, do aplicativo Copel Mobile para *tablet* e *smartphone*, além de *chat online*, *e-mail*, SMS e URA (Unidade de Resposta Audível). Ao final de 2012, esses canais já respondiam por 40% dos atendimentos realizados pela Companhia.

A preocupação com a modernização dos processos e da infraestrutura de distribuição e atendimento, aliada ao compromisso com o retorno em satisfação e resultados às partes interessadas nos negócios da Copel, traduzem a orientação preconizada pelo acionista majoritário, o Governo do Paraná, de fundamentar a atuação da Copel Distribuição na excelência da prestação de serviços e no respeito aos consumidores paranaenses.



Copel Distribuição S.A.



Tal diretriz expõe seu acerto sob o reconhecimento do próprio setor elétrico, que viu outorgar-se à Copel Distribuição, pelo segundo ano consecutivo, o Prêmio Abradee de melhor empresa do Brasil na categoria "Avaliação pelo Cliente", e a classificação "ouro" no Prêmio CIER de melhor empresa de distribuição de energia em atendimento ao cliente da América Latina. Também a Aneel atribuiu-nos o status de melhor distribuidora da Região Sul no IASC 2012 (Índice Aneel de Satisfação do Cliente).

Os detalhes destes e de outros projetos e conquistas da Copel Distribuição são relatados nas páginas que seguem, resultado da dedicação e competência de milhares de copelianos no exercício de suas atividades, sob o comando responsável de nossa Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Boa leitura!

Curitiba, 25 de março de 2013.

Pedro Augusto do Nascimento Neto

Diretor Presidente

1. PERFIL ORGANIZACIONAL

A Copel Distribuição S.A. (Copel Distribuição ou Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado e subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel (Copel ou Controladora). No âmbito da distribuição de energia elétrica, a Copel Distribuição tem como principais atividades prover, operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Essas atividades visam ao atendimento dos mais de 4,0 milhões de consumidores de energia, em 1.120 localidades pertencentes a 394 municípios do Paraná e um em Santa Catarina, Porto União. Além de operar e manter as instalações nos níveis de tensão até 34,5 kV, a Companhia também opera nas instalações de níveis de tensão 69 e 138 kV.

1.1. Participação no Mercado

A Copel Distribuição tem participação em 5,9% do mercado brasileiro e 33,8% do mercado da Região Sul. No Paraná, sua participação é estimada em 97,2%.

1.2. Copel Distribuição em Números

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2012	2011	variação % 2012-2011
Indicadores Contábeis			
Receita operacional ou vendas brutas	9.746.831	9.212.028	5,8
Deduções da receita	3.854.660	3.721.964	3,6
Receita operacional líquida ou vendas líquidas	5.892.171	5.490.064	7,3
Custos e despesas operacionais do serviço	5.968.827	5.038.081	18,5
Resultado das atividades	(76.656)	451.983	(117,0)
EBITDA ou LAJIDA	115.688	645.952	(82,1)
Resultado financeiro	5.644	256.721	(97,8)
IRPJ/CSLL	(27.592)	172.818	(116,0)
Lucro / Prejuízo	(43.420)	535.886	(108,1)
Patrimônio líquido	3.601.520	3.665.835	(1,8)
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,5	1,3	15,4
Liquidez geral (índice)	1,4	1,6	(12,5)
Margem do EBITDA ou LAJIDA (%)	2,0	11,8	(83,1)
Dívida sobre o patrimônio líquido (%)	49,6	19,8	150,5
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	(0,7)	9,8	(107,1)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ⁽¹⁾	(1,2)	16,2	(107,4)

⁽¹⁾ LL ÷ (PL inicial)

1.3. Certificações e Prêmios

Dentre as principais certificações e prêmios conquistados em 2012, destacam-se:

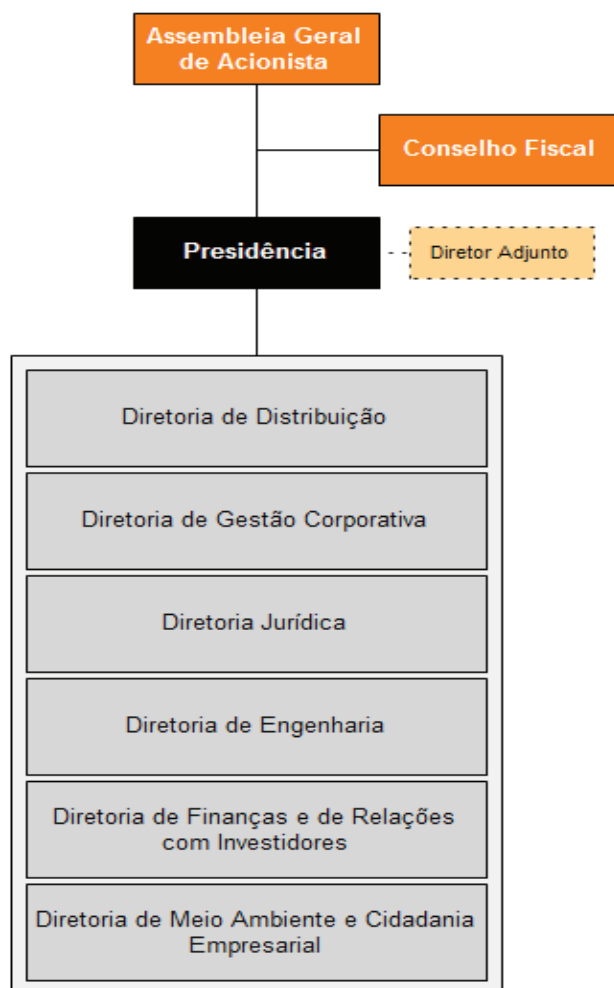
Prêmios / Certificações	Certificador
Prêmio Abradee - melhor avaliação pelo cliente entre as maiores Empresas de Distribuição de Energia do Brasil	Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee
III Prêmio Maiores Contribuintes do ICMS do Paraná – 2012	Jornal Indústria & Comércio e sistema Fecomércio Sesc/Senac do Paraná
CRC-RJ - Empresa Cidadã - Pelas informações sociais, ambientais e contábeis apresentadas em relatório, ano base 2011	Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro, Sistema Firjan e Fecomércio
Prêmio CIER de Qualidade e Satisfação de Clientes - categoria Ouro (2ª vez consecutiva)	Comisión de Integración Energética Regional - Cier América Latina
IASC - 1º lugar - Melhor Índice de Satisfação do Clientes na Região Sul (distribuidoras com mais de quatrocentos mil consumidores)	Pesquisa Aneel

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Copel Distribuição, segundo as diretrizes de sua Controladora, busca constantemente aprimorar a aplicação de boas práticas de governança corporativa e utiliza como parâmetro o modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, nos termos de seu Código das Melhores Práticas. Os administradores procuram, dessa forma, contribuir para sua perenidade, com visão de longo prazo na busca de sustentabilidade econômica, social e ambiental; aprimorar o relacionamento e a comunicação com todas as partes interessadas; minimizar os riscos estratégicos, operacionais e financeiros; e aumentar o valor da Companhia, viabilizando a estratégia de captação de recursos.

2.1. Estrutura e Boas Práticas de Governança

O organograma a seguir apresenta a estrutura organizacional da Companhia:



A Companhia segue as práticas e políticas de governança adotadas pela Controladora no tocante a Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Código de Conduta e Conselho de Orientação Ética. Além destes, a Controladora mantém o Comitê de Gestão de Riscos, o qual destacamos a seguir:

• **Gestão de Riscos**

O processo de Gestão Integrada de Riscos Corporativos teve início na Copel Distribuição em 2006, por meio de sua Controladora, com o objetivo de acompanhar a gestão de riscos nas áreas corporativas, procurando maximizar, de maneira consistente e permanente, os valores econômico, social e ambiental para todas as partes interessadas.

A Política e o Modelo de Gestão de Riscos foram implementados em 2009, definindo os princípios e as diretrizes de atuação da Copel. Entre os princípios norteadores estão a classificação e a forma de avaliação dos riscos, a definição de parâmetros de apetite ao risco, bem como o Princípio da Precaução, já que a Controladora não só prevê a probabilidade de ocorrência de danos, como também promove mecanismos de mitigação dos riscos.

Devido à incerteza intrínseca dos riscos, a Copel considera, além dos impactos financeiros, os impactos qualitativos, como dano de imagem e operacional. Além disso, a Controladora analisa medidas de mitigação dos riscos adotando controles, indicadores e planos de ação que auxiliam no monitoramento dos riscos e levam à priorização e apoio à tomada de decisões.

A estratégia adotada pela Copel permite considerar os riscos em seu processo decisório segundo os seguintes níveis de abordagem:

- riscos estratégicos: associados aos objetivos estratégicos da Controladora e, desta forma, a gestão é de responsabilidade da Alta Administração;
- riscos-chave de processos: relacionados aos processos, de responsabilidade dos gestores de processos; e
- riscos-chave de projetos: vinculados aos projetos estratégicos, cuja gestão é de responsabilidade dos gestores de projetos.

As atividades voltadas à Gestão de Riscos são apresentadas periodicamente nas reuniões do Comitê de Riscos e do Comitê de Auditoria, permitindo, assim, que estes colegiados estejam permanentemente informados e comprometidos com os objetivos do processo de gestão de riscos corporativos.

Em 2012 a Controladora manteve o foco de atuação da Gestão de Riscos, além de buscar o constante aprimoramento do modelo, de forma a manter-se atualizada com as boas práticas desenvolvidas pelo mercado.

2.2. Política de Sustentabilidade e Cidadania Corporativa

A Política de Sustentabilidade e Cidadania Empresarial, criada em 2006, estabelece as diretrizes de sustentabilidade e cidadania empresarial norteadoras das decisões e ações da Companhia. A Política está baseada na missão e valores corporativos, nos Princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas, bem como nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, além de ser complementar ao Código de Conduta da Copel.

Os Princípios da Política de Sustentabilidade e Cidadania Empresarial são: Comprometimento; Atitude Pró-ativa diante da Lei; Diálogo, Comunicação e Transparência; Respeito à Dinâmica Socioambiental; Responsabilidade Individual e Valorização da Diversidade.

2.3. Referencial Estratégico

A Copel Distribuição segue o referencial estratégico da Controladora, descrito a seguir:

Visão: Simplesmente a melhor da década.

Missão: Prover energia e soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade.

Princípios e Valores:

Ética	Resultado de um pacto coletivo que define comportamentos individuais alinhados a um objetivo comum.
Respeito às pessoas	Consideração com o próximo.
Dedicação	Capacidade de se envolver de forma intensa e completa no trabalho, contribuindo para a realização dos objetivos da organização.
Transparência	Prestação de contas das decisões e realizações da Companhia para informar seus aspectos positivos ou negativos a todas as partes interessadas.
Segurança	Ambiente de trabalho saudável em que os empregados e os gestores colaboram para o uso de um processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar de todos.
Responsabilidade	Condução da vida da Companhia de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das futuras gerações, e o compromisso com a sustentação de todas as formas de vida.
Inovação	Aplicação de ideias em processos, produtos ou serviços de forma a melhorar algo existente ou construir algo diferente e melhor.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. Análise macroeconômica

As economias avançadas adotaram uma série de medidas de austeridade fiscal para superar os efeitos da crise internacional que incluíram, entre outros, volumosos pacotes de resgate para tentar equilibrar a economia dos países com maior dificuldade financeira. Segundo o Fundo Monetário Internacional - FMI, o crescimento mundial deve situar-se em torno de 3,2% no ano de 2012, sustentado pelos países emergentes, especificamente China e Índia, e com um desempenho ínfimo das economias desenvolvidas. Para os próximos anos estima-se uma gradativa recuperação, atingindo, todavia, taxas de crescimento inferiores às do período pré-crise financeira. A despeito da superação gradual da crise, os países da Zona do Euro passarão por novos ajustes nas contas internas, não apresentando taxas médias anuais satisfatórias de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB enquanto perdurar a ênfase exclusiva na austeridade de curto prazo de alguns países da região.

A economia nacional registrou modesto desempenho nos primeiros meses do ano, mas apresentou contínua recuperação no segundo semestre de 2012, com suporte no consumo das famílias, estimulado pela expansão moderada do crédito, renda e empregos. A estabilidade do emprego com a queda na taxa de desocupação, aliada ao aumento da renda do trabalhador, favoreceu o comércio mas não foi suficiente para rebater o pífio desempenho da produção industrial que pressionou negativamente o PIB do ano. Neste contexto, a economia registrou um crescimento de 0,9% em 2012.

A atividade fabril paranaense apontou redução no ritmo de crescimento em 2012, embora com indicadores acima dos nacionais. Os resultados da economia regional superaram a média brasileira nos primeiros meses de 2012, com crescimento expressivo nos indicadores relacionados ao comércio, serviços e mercado de trabalho. O bom desempenho da economia paranaense resultou de uma combinação entre a melhoria do ambiente de negócios e atração recorde de investimentos industriais privados. Em 2013, dentro de um macroambiente relativamente estável, a economia estadual delineia uma trajetória animadora, intensificada pelo aproveitamento do agronegócio local das oportunidades geradas pela ascendente demanda por alimentos, das melhores condições endógenas de crescimento, com a expansão do mercado de trabalho e a consequente ampliação do poder de compra da população, e da maturação dos investimentos realizados, por meio de inversões públicas e privadas.

3.2. Análise Setorial

• Prorrogação das Concessões

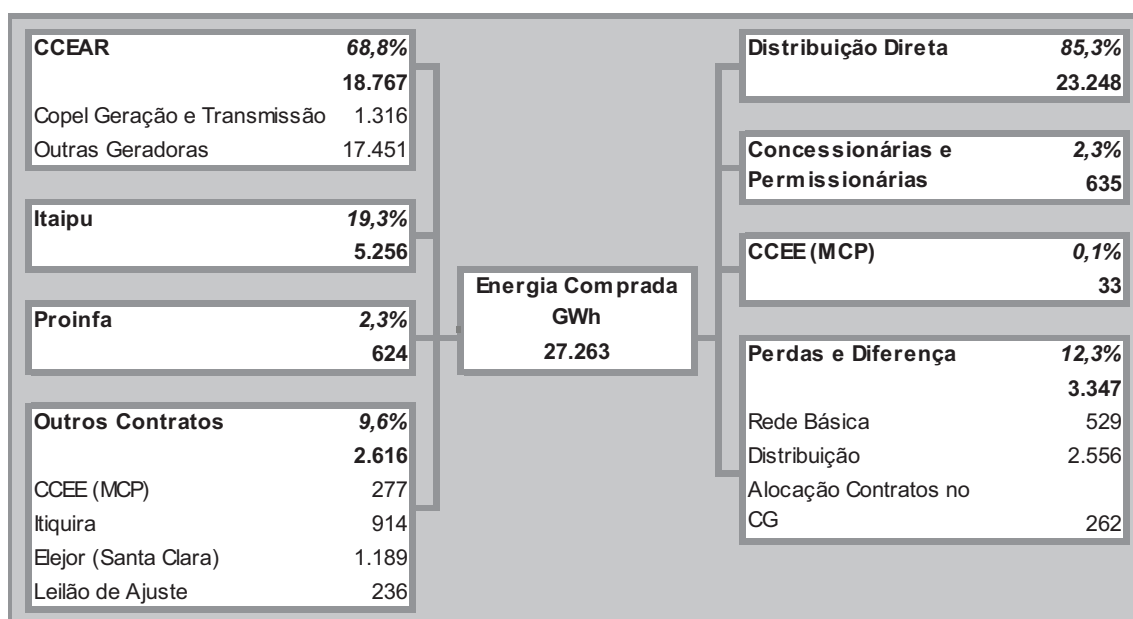
Em 12.09.2012 publicou-se a Medida Provisória nº 579, de 11.09.2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11.01.2013, dispondo dentre outras, sobre o tratamento a ser dado à concessão de distribuição.

Concessões de Distribuição

Conforme a Lei, as concessões de distribuição poderão ser prorrogadas por mais 30 anos. A prorrogação é facultada ao concessionário e sua adesão depende da aceitação expressa das seguintes condições: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela Aneel; e ii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela Aneel.

O pedido de prorrogação das concessões de distribuição da Copel Distribuição foi encaminhado para Aneel em 31.05.2012, e ratificado nos termos da Lei nº 12.783.

• Fluxo de Energia (em % e GW/hora)



Valores sujeitos a alterações após o fechamento pela CCEE

CCEAR = Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

CCEE = Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

MCP = Mercado de Curto Prazo

CG = Centro de Gravidade do Submercado (diferença entre a energia faturada e a recebida no CG)

3.3. Desempenho

Em 2012, foram conectadas novas subestações e linhas em alta tensão para reforçar o sistema elétrico de distribuição, melhorando a qualidade e aumentando a disponibilidade de energia aos consumidores. Dentre as obras de subestações concluídas em 2012, destacam-se:

Subestação	Potência	Localidade
Mandacaru	41 MVA/138 kV	Maringá
Semíramis	41 MVA/138 kV	Londrina
Ibaiti	20 MVA/138 kV	Ibaiti
Bairro Alto	41 MVA/69 kV	Curitiba
Passo do Iguçu	20 MVA/138 kV	União da Vitória
Paulo Frontin	4 MVA/34,5 kV	Paulo Frontin

Além dessas obras, foram ampliadas a SE 138 kV Colorado, com 20 MVA, na cidade de Colorado, a SE 138 kV Horizonte, com 20 MVA, em Maringá; a SE 138 kV Céu Azul, com 20 MVA, em Céu Azul, e a SE 138 kV Socorro, com 20 MVA, no distrito de Entre Rios em Guarapuava.

Novas linhas de alta tensão em 69 kV e 138 kV que foram concluídas:

Local	Tensão	Extensão
Marialva secc. Sarandi — Mandaguari	138 kV	8,42 km
Semíramis secc. Londrina — Vera Cruz	138 kV	0,17 km
Mandacaru secc. Maringá — Jd. Alvorada	138 kV	4,73 km
Medianeira — Santa Helena	138 kV	0,30 km
Bairro Alto secc. Uberaba — Atuba	69 kV	5,01 km
Altônia — Guaira	138 kV	50,00 km
Passo do Iguçu secc. Areia — União da Vitória	138 kV	0,44 km
Bairro Alto secc. Tarumã — Atuba	69 kV	0,02 km

Ao todo, em 2012 estes empreendimentos adicionaram 247 MVA ao sistema de distribuição e 69,09 km de novas linhas de transmissão de 69 ou 138 kV.

• Linhas de Distribuição

Na tabela a seguir são apresentadas as extensões de linhas de distribuição da Copel Distribuição:

Distribuição	Extensão (em km)
13,8 kV	99.195,1
34,5 kV	81.253,3
69 kV	968,5
138 kV	4.880,1
230 kV	68,3
Total	186.365,3

• Subestações

A tabela a seguir apresenta o parque de subestações de distribuição, aberto por tensão:

Tensão	Subestações automatizadas	MVA
34,5 kV	233	1.504,9
69 kV	35	2.354,2
88 kV	-	5,0
138 kV	91	6.193,6
Total	359	10.057,7

• Qualidade de Fornecimento

O resultado dos indicadores DEC e FEC da Copel Distribuição, além de estar em conformidade com os limites estabelecidos pela Aneel, apresentou o melhor desempenho já verificado, devido ao significativo volume de investimentos realizados. A evolução desses indicadores e do tempo de espera é mostrada no quadro a seguir:

Jan/Dez	DEC ⁽¹⁾ (horas)	FEC (interrupções)	Tempo de espera (horas)
2010	11,46	9,46	01:39
2011	10,64	8,26	01:40
2012	10,25	7,84	01:51

⁽¹⁾ DEC medido em horas e centesimal de horas.

• Mercado de energia

A tabela a seguir apresenta o comportamento do mercado cativo aberto por classe de consumo:

Mercado Cativo - Copel Distribuição						
	Nº de consumidores			Energia vendida (GWh)		
	Dez/12	Dez/11	%	2012	2011	%
Residencial	3.196.457	3.089.619	3,5	6.559	6.224	5,4
Industrial	86.717	80.771	7,4	7.405	7.467	(0,8)
Comercial	327.244	319.667	2,4	5.048	4.769	5,9
Rural	372.640	374.819	(0,6)	2.025	1.871	8,2
Outros	54.512	52.058	4,7	2.211	2.123	4,2
Mercado Cativo	4.037.570	3.916.934	3,1	23.248	22.454	3,5

- **Mercado Fio (TUSD)**

Mercado Fio de Energia - Copel Distribuição						
	Nº de consumidores/contratos			Energia distribuída (GWh)		
	Dez/12	Dez/11	%	2012	2011	%
Mercado Cativo	4.037.570	3.916.934	3,1	23.248	22.454	3,5
Concessionárias e Permissionárias	4	4	-	635	601	5,8
Consumidores Livres ⁽¹⁾	89	31	187,1	3.020	3.139	(3,8)
Mercado Fio	4.037.663	3.916.969	3,1	26.903	26.194	2,7

⁽¹⁾ Total de consumidores livres atendidos pela Copel Geração e Transmissão e por outros fornecedores dentro da área de concessão da Copel Distribuição.

- **Tarifas**

Em junho/2012, com a Resolução nº 1.296/2012, a Aneel homologou o resultado da terceira revisão tarifária periódica da Copel Distribuição, que representa um efeito tarifário médio para os consumidores cativos de -0,65%, decorrente do Reposicionamento Tarifário - RT econômico de -0,11%, da inclusão dos componentes financeiros relativos ao atual ciclo tarifário de -0,70%, e da retirada dos componentes financeiros de 0,16%, considerados no processo tarifário anterior.

3.4. Pesquisa & Desenvolvimento

Em cumprimento à Lei nº 9.991/2000, que dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, a Copel Distribuição investiu em vários projetos.

Foram executados 26 projetos de P&D, sendo dois estratégicos, nos quais a participação é de forma cooperada com outras empresas e cujos temas são estabelecidos pela Aneel, aplicando, no total, aproximadamente R\$ 7,1 milhões. Dentre os estratégicos, consta o projeto proposto de forma cooperada, em atendimento à Chamada nº 13/2011.

Foram protocolados três pedidos de depósito de patentes oriundas de projeto de P&D, estando em fase de tramitação mais sete novos pedidos.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Receita Operacional Líquida

Em 2012, a Receita Operacional Líquida teve acréscimo de R\$ 402,1 milhões, representando 7,3% de aumento em relação a 2011. Tal variação decorre principalmente de:

- 1) Acréscimo de R\$ 257,3 milhões na **Receita de Fornecimento de Energia Elétrica**, em virtude dos seguintes fatores:
 - aumento de 3,5% no mercado cativo de energia elétrica, o que representa um incremento de 794,0 GWh na energia fornecida (detalhamento no capítulo 3.3).
 - acréscimo de 3,1% na quantidade de consumidores;
 - revisão tarifária periódica incidente a partir de 24.06.2012 — efeito médio percebido negativo de 0,65%.
- 2) Acréscimo de R\$ 59,0 milhões na **Receita de Construção**. A Companhia contabiliza receitas relativas a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, as quais totalizaram R\$ 665,6 milhões em 2012 e R\$ 606,6 milhões em 2011. Os respectivos gastos são reconhecidos na demonstração do resultado do período, como **custo de construção**, quando incorridos.

4.2. Custos e Despesas Operacionais

Tiveram acréscimo de R\$ 930,7 milhões em 2012, representando um aumento de 18,5%, influenciados, principalmente por:

- 1) Acréscimo de R\$ 573,9 milhões em **Energia Elétrica Comprada para Revenda**, devido principalmente ao maior valor de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE;
- 2) Acréscimo de R\$ 142,6 milhões em **Encargos do Uso da Rede**, em razão da entrada em operação de novos ativos no sistema e da maior incidência de encargos (energia de reserva - EER e serviços de sistemas - ESS), compensada parcialmente pela saída de grandes consumidores da rede básica.
- 3) Acréscimo de R\$ 166,7 milhões em **Pessoal e Administradores**, decorrente principalmente do reajuste salarial, conforme acordo coletivo, e do Programa Permanente de Sucessão e Desligamento Voluntário - PSDV.

4.3. EBITDA ou LAJIDA

EBITDA/LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização)		
Em R\$ mil		
	2012	2011
Lucro líquido	(43.420)	535.886
IRPJ e CSLL	(27.592)	172.818
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(5.644)	(256.721)
Lajir/Ebit	(76.656)	451.983
Depreciação e Amortização	192.344	193.969
LAJIDA/EBITDA	115.688	645.952
Receita Operacional Líquida - ROL	5.892.171	5.490.064
Margem do EBITDA% (Ebitda ÷ ROL)	2,0%	11,8%

4.4. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou decréscimo de R\$ 251,1 milhões devido a:

1) Receitas Financeiras - apresentaram acréscimo de R\$ 143,5 milhões, devido principalmente a:

- acréscimo em variação monetária sobre contas a receber vinculadas à concessão, a qual é corrigida pelo IGP-M, indicador que, no período de janeiro a dezembro de 2012, teve variação positiva de 7,81%, enquanto no mesmo período de 2011 a variação foi de 5,10%;
- acréscimo da variação monetária sobre repasse de Contas de Resultado a Compensar - CRC, que é corrigida pelo IGP-DI, índice que, no período de janeiro a dezembro de 2012, teve variação positiva de 8,11%, enquanto no mesmo período de 2011, a variação foi de 5,01%;
- aumento em acréscimos moratórios sobre faturas de energia; e
- compensado pelo decréscimo em rendas de aplicações financeiras, devido principalmente a redução do capital aplicado e das taxas de juros.

2) Despesas Financeiras - o acréscimo deve-se principalmente à atualização de R\$ 401,1 milhões referente aos efeitos da revisão tarifária da Copel Distribuição na remensuração do Ativo Financeiro. Maiores informações na NE nº 12.2.

4.5. Endividamento

As variações da dívida de curto e longo prazo referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures decorreram principalmente dos seguintes ingressos de recursos:

Ingressos (Em R\$ milhões)	Financiador	Valor
Luz para Todos	Eletrobrás	11,2
Debêntures	Banco do Brasil	1.000,0

Os pagamentos ocorridos no ano também impactaram na variação da dívida, conforme detalhamento no quadro a seguir:

Amortizações - 2012 (Em R\$ milhões)	Principal	Encargos	Total
Empréstimos e financiamentos	15,0	11,4	26,4
Debêntures	-	2,1	2,1
Total	15	13,5	28,5

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures em curto e longo prazo é:

Composição (Em R\$ milhões)	2012	2011
Curto prazo	177,5	17,6
Longo prazo	1.607,9	708,6
Total	1.785,4	726,2

4.6. Lucro Líquido

Em 2012, a Companhia apurou prejuízo de R\$ 43,4 milhões, havendo variação de R\$ 579,3 milhões em relação ao lucro de 2011, que foi de R\$ 535,9 milhões.

4.7. Valor Adicionado

No exercício de 2012, a Copel Distribuição apurou R\$ 5.190,1 milhões de Valor Adicionado Total, 0,4% superior ao apurado no ano anterior. A demonstração, na íntegra, encontra-se nas Demonstrações Financeiras.

Distribuição do Valor Adicionado	2012	2011	Variação%
Acionistas	-	3,5%	-
Retido	-0,8%	6,9%	(111,6)
Terceiros	11,2%	3,1%	261,3
Pessoal	17,1%	13,8%	23,9
Governo	72,5%	72,7%	(0,3)
Estadual e Municipal	62,2%	59,0%	5,4
Federal	37,8%	41,0%	(7,8)
Total	100,0%	100,0%	-

4.8. Inadimplência de Consumidores

A partir do período contábil de 2003, a Copel Distribuição passou a calcular o índice de inadimplência do produto fornecimento de energia elétrica, para as classes residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público, utilizando a seguinte metodologia de cálculo:



COPEL

Copel Distribuição S.A.



$$\text{Inadimplência (\%)} = \frac{\sum \text{Débitos vencidos } > 15 \text{ dias } \leq 360 \text{ dias}}{\sum \text{Faturamento no período de 12 meses}}$$

Para o cálculo, considera-se inadimplente o consumidor com débito vencido há mais de 15 dias até 360 dias, em conformidade com o prazo de aviso de vencimento (Resolução Aneel nº 414/2010), sendo excluído o reconhecimento de perdas dos débitos vencidos.

Em dezembro/2012, a inadimplência de consumidores da Companhia foi de R\$ 132,8 milhões, o que equivale a 1,57% do faturamento.

4.9. Programa de Investimentos

Em 2012, o investimento da Copel Distribuição foi de R\$ 778,1 milhões, 3,1% maior que em 2011, que foi de R\$ 754,5 milhões. O investimento previsto para 2013 é da ordem de R\$ 986,4 milhões.

5. DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

5.1. Força de trabalho

Os 7.169 empregados do quadro próprio estão distribuídos em três carreiras: profissional de nível médio (4.835 empregados), profissional técnico de nível médio (1.444 empregados) e profissional de nível superior (890 empregados). A Companhia vem redimensionando seu quadro funcional, tendo admitido, em 2012, mediante concurso público 614 novos empregados. Durante o mesmo período, 502 empregados desligaram-se da Companhia, grande parte por aposentadoria, tendo a taxa de rotatividade sido de 0,06 em 2011 e 0,07 em 2012.

• Desenvolvimento de Pessoal

Em 2012 foi criada a UniCOPEL, tendo como objetivo atuar no conhecimento e no empreendedorismo inovador para a melhor execução das estratégias corporativas. Seu desafio estratégico é ser referência no desenvolvimento das pessoas, agregando valor aos negócios corporativos e à sociedade. Novos programas educacionais, que serão inovadores no âmbito da Companhia, foram concebidos e estão formatados para serem executados em 2013.

Até dezembro de 2012, foram registradas 22.092 participações de empregados em 2.461 treinamentos coordenados pela UniCOPEL. Considerando o total de 7.169 empregados da Companhia, estas participações equivalem a 3,08 participações por empregado e 61,8 é a carga horária média de treinamento por empregado. Além disso, verificou-se a participação de 75 empregados em cursos de pós-graduação *latu sensu* e 6 participações em cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

As necessidades de capacitação e desenvolvimento, no ano de 2012, foram feitas com base em metodologia denominada “Diagnóstico de Necessidade de Desenvolvimento - DND”, realizada anualmente em todas as áreas. Para 2013 será implementado, por meio da UniCOPEL, o Planejamento Educacional-planE, que substitui o DND e implementa uma série de benefícios, dentre os quais destacamos: alinhamento, de forma objetiva, dos eventos de T&D com as diretrizes empresariais, associando cada evento a uma meta relacionada ao negócio; prioridades de treinamentos a serem realizados, inclusive dos empregados participantes dos eventos; identificação do valor de orçamento por Diretoria e Superintendência; e valor das participações em T&D.

Para os terceirizados, as necessidades de treinamento são identificadas a partir das atividades específicas, correlatas ao exigido dos empregados próprios e são estabelecidas nos respectivos contratos. Nesta categoria podem ser citados, por exemplo, os treinamentos sobre os sistemas e aplicativos computacionais utilizados por teleatendentes, cursos de requalificação de terceirizados



COPEL

Copel Distribuição S.A.



que executam serviços no sistema elétrico (medição comercial, operação de redes e subestações), os exigidos por lei (NR-10, NR-17) e outros estabelecidos em contrato.

• **Benefícios**

Entre os benefícios concedidos diretamente pela Companhia a todos os empregados, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação, adiantamento de férias e pagamento adicional de mais 1/3 da remuneração, além dos valores obrigatórios previstos em Lei, auxílio-alimentação e refeição, auxílio-creche, auxílio a empregados com deficiência e a empregados com dependentes deficientes, além de outros proporcionados pelo convênio existente entre a Controladora e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Adicionalmente, por meio da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, da qual a Copel é mantenedora, há concessão de: plano de previdência privada, adicional ao valor da previdência oficial e plano de assistência médico-hospitalar e odontológica. A Fundação Copel disponibiliza, ainda, uma carteira de empréstimos aos seus participantes, obedecendo as disposições legais que regem as aplicações das reservas do seu fundo previdenciário.

• **Política salarial**

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Companhia, apoiando-se em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação dos Empregados nos Lucros e/ou Resultados - PLR). A PLR dos empregados da Copel Distribuição ocorre de acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1.978 /2007 e a Lei Estadual nº 16.560/2010. A proporção entre o menor salário praticado pela Companhia em dezembro de 2012 (R\$ 1.246,04) e o salário mínimo nacional vigente naquela data (R\$ 622,00) era de duas vezes, não havendo diferença significativa no mesmo período relativamente à proporção de salário-base entre homens e mulheres.

• **Riscos trabalhistas**

Além de cumprir totalmente com suas obrigações trabalhistas, garantindo aos empregados os seus direitos instituídos pela legislação pátria, a Copel Distribuição realiza uma série de ações, com o intuito de reduzir os riscos trabalhistas, dentre as quais destacamos:

- com o objetivo de estabelecer regras para tratamento das denúncias de assédio moral e para a investigação de sua procedência, foi instituída a Comissão de Análise de Denúncias de Assédio Moral - Cadam, cuja composição procura garantir a imparcialidade nas análises dos processos;

- a Companhia se relaciona com os sindicatos representativos das diversas classes de trabalhadores e, ao longo do ano, promove reuniões para discussão de assuntos de interesse mútuo. Por ocasião da data base (outubro) esse relacionamento se intensifica quando os sindicatos e Copel Distribuição discutem as reivindicações para chegar ao Acordo Coletivo de Trabalho - ACT. O cumprimento das cláusulas dos ACTs mitiga possíveis problemas com sindicatos e empregados;
- as dispensas por justa causa são precedidas de processo administrativo sumário, regulado por norma administrativa interna, que garante ao empregado o direito de defesa; e
- a Copel Distribuição disponibiliza o Canal de Comunicação Confidencial, que pode ser utilizado por empregados, gerentes, diretores, estagiários, contratados e demais partes interessadas. O objetivo desse recurso é a comunicação de irregularidades relacionadas à contabilidade, auditoria e controles internos, bem como sobre o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares e de normas internas da Companhia.

• **Diálogo com o Público Interno**

Como forma de dar continuidade ao Plano de Gestão de Pessoas, em maio e junho de 2012 a Companhia realizou, em parceria com empresa especializada, o segundo ciclo da Pesquisa de Opinião dos Empregados - POE. A pesquisa tem como objetivo conhecer a opinião dos empregados sobre os atributos que promovem a satisfação, o comprometimento e a felicidade no ambiente de trabalho.

Em 2012 a pesquisa foi respondida por 60,8% do universo de empregados e, destes, 85,09% consideram a Copel ótima ou boa para se trabalhar.

• **Saúde e segurança no trabalho**

Ambiente físico do trabalho

A Copel Distribuição possui diversas instalações localizadas em todo estado do Paraná e algumas fora do estado. Cada uma delas com características distintas, apresentando diversos fatores de risco. As atividades executadas são também diversificadas. Para cada uma destas instalações elaboramos, conforme determina a legislação, um Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA que é a base para outras ações, como por exemplo: definição de procedimentos de trabalho, especificação de equipamentos de proteção individual e coletiva, elaboração de Laudos Técnicos de Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT e definição de parâmetros para o Programa de Controle Médico e Saúde Organizacional - PCMSO.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



Ambiente psicossocial de trabalho

O ambiente biopsicossocial do trabalho, que inclui cultura organizacional, atitudes, valores, crenças e práticas cotidianas da Companhia, influencia no bem-estar social mental e físico dos empregados, impactando no ambiente de trabalho, no clima organizacional e no processo produtivo.

A Companhia possui programas formais destinados a promover ações de satisfação e valorização dos empregados, contribuindo para o desenvolvimento das pessoas e da organização, o que minimiza os impactos negativos no ambiente de trabalho.

Recursos para a saúde pessoal

Atualmente existe investimento da Companhia para manutenção e promoção da saúde do trabalhador com a disponibilização de serviço próprio de saúde ocupacional com profissionais em todas as regiões. Além disso, a Companhia possui convênio assistencial com a Fundação Copel para realização de exames complementares para diagnóstico, não apenas de patologias relacionadas ao trabalho, mas outras que possam afetar a capacidade laboral. As principais atividades estão definidas no PCMSO, documento obrigatório para cumprimento da legislação.

Acidente na comunidade

Historicamente, por força de seu estatuto, a Copel Distribuição tem um forte envolvimento com a sociedade, tendo como propósito promover o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

A prevenção de acidentes com a comunidade é realizada com treinamentos nas escolas, empresas e reuniões de comunidades, utilizando-se material didático padronizado com instrutores formados, entrevistas em emissoras de rádio por todo Estado do Paraná em convênio com a Secretaria de Estado da Saúde, acordos diretos com as emissoras para a divulgação diária de informações sobre o uso seguro da eletricidade e mensagens mensais na fatura de energia elétrica encaminhada a todos os clientes. Anualmente é promovida a Semana Nacional de Segurança, em parceria com a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee e demais distribuidoras.

Ações de segurança e saúde para empregados contratados são disciplinadas em manual específico que integra o contrato de prestação de serviços. A Companhia, em atendimento à legislação vigente, realiza palestras de integração a cada novo contrato sobre os padrões de atividades de riscos, voltados à segurança do trabalho e acompanha o cumprimento de requisitos legais por meio de inspeções periódicas. O controle do treinamento mínimo obrigatório de trabalhos com eletricidade é realizado com aplicativo próprio, que contém informações sobre os empregados das empreiteiras e dos contratos com elas firmados.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



• Destaques

Espaço Energia e Saúde: Em março de 2012 os polos do Km3 e do Atuba, em Curitiba, ganharam equipamentos de ginástica ao ar livre e barras para alongamento. As novas academias buscam incentivar a prática de esportes e a melhoria da qualidade de vida dos copelianos.

Realização de concurso para PCDs: em 2012 a Copel Distribuição, por meio de sua Controladora, realizou, de forma inédita, concurso público específico para contratação de pessoas com deficiência. O objetivo da iniciativa é contribuir com a inclusão no mercado de trabalho.

Certificado “No ritmo natural da vida”: A Copel Distribuição tem como tradição homenagear seus empregados por tempo de casa e, a partir de setembro de 2012, essa demonstração de respeito e admiração passou a ser estendida aos empregados que estão saindo da Companhia, por ocasião de aposentadoria, com a entrega de um certificado. A ideia é expressar a gratidão e a admiração pelo trabalho desempenhado por seus empregados ao longo de suas vidas.

MBA de Formação de Lideranças in company: Lançado em 2012, por meio de sua Controladora, o MBA tem como objetivo formar um banco de talentos para ocupar futuros cargos gerenciais na Companhia. Os 90 copelianos participantes do programa foram selecionados por meio de processo seletivo. Destes, 45 finalizaram o curso em 2012 e os demais concluirão em 2013.

Programa Permanente de Sucessão e Desligamento Voluntário - PSDV: A Copel Distribuição instituiu o PSDV como forma de estabelecer procedimentos capazes de garantir a retenção do conhecimento da Companhia e, de forma planejada e estruturada, incentivar a preparação do quadro funcional para o exercício da liderança. O destaque do programa é a obrigatoriedade de formação de um sucessor antes do desligamento definitivo do empregado. Diante das mudanças ocorridas no cenário nacional, notadamente com a MP nº 579/2012 e seus desdobramentos, que afetaram sobremaneira as finanças da Companhia, exigiu-se, entre outras medidas, a extinção do PSDV, a partir de 1º.01.2013. Tal decisão da Diretoria foi comunicada com antecedência aos empregados, possibilitando a adesão até o final de dezembro de 2012.

5.2. Fornecedores

Ao contratar fornecedores a Copel Distribuição propõe reuniões de integração, a serem realizadas antes do início dos serviços, nas quais são abordados temas relativos às práticas de segurança e saúde no trabalho, meio ambiente e responsabilidade social, bem como cláusulas contidas no Código de Conduta da Copel.

5.3. Clientes

Os clientes atendidos pela Copel Distribuição têm à disposição diversos canais de acesso para efetuar solicitações, sugestões e reclamações. Entre os de maior destaque no volume de atendimentos está o *Call Center* (0800 51 00116), sem custo de ligação para o consumidor.

A Companhia vem investindo em novos canais de relacionamento com o cliente, ampliando as opções de contato e, com isso, facilitando as solicitações de serviços e aumentando a eficiência do atendimento. As soluções virtuais representam, ao mesmo tempo, comodidade para o público e redução de custos à concessionária. As solicitações podem se realizadas por meio da Agência Virtual na Web, SMS, URA, CHAT e *E-mail*. Em 2012 com a popularização dos dispositivos portáteis conectados à internet levou a Copel Distribuição a investir em mais um canal, o Copel *Mobile*, que é um aplicativo que leva os serviços *online* aos *smartphones* e *tablets*. Estes canais, ao final de 2012, já representavam 40% dos atendimentos realizados.

A Companhia ainda dispõe de 15 postos de atendimento móvel que percorrem bairros em grandes cidades e participam de feiras, eventos e palestras em escolas ou empresas, bem como divulgam informações sobre uso eficiente e seguro de energia elétrica. Também oferece, nas agências dos Correios em todo o Estado, envelopes pré-pagos para envio de documentos e solicitações à Companhia.

Entre 2011 e 2012 foram abertas 256 novas unidades de atendimento presencial. A Copel Distribuição possui 411 destas, atuando em todos os municípios de sua área de concessão. Também foram implementadas ações para a melhoria da qualidade do serviço prestado ao consumidor, dentre as quais destaca-se o aperfeiçoamento do Sistema de Gerenciamento de Filas, que permite o acompanhamento online do atendimento e a aplicação de medidas de redução do tempo de espera.

Os clientes também têm representatividade por meio do Conselho de Consumidores com a atribuição de examinar questões ligadas ao fornecimento de energia elétrica, às tarifas, à adequação dos serviços prestados ao consumidor final, além de apresentar sugestões para o aprimoramento das relações da Companhia com seus consumidores e com a comunidade em geral. O Conselho é composto por representantes das classes de clientes residencial, comercial, rural, poder público e industrial, além de representante da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon.

5.4. Comunidade

- **Educação para sustentabilidade**

Rede de Agentes para a Sustentabilidade



COPEL

Copel Distribuição S.A.



A Rede Copel de Agentes para a Sustentabilidade atua na mobilização, sensibilização e conscientização do público interno para questões afetas à sustentabilidade.

Cine Sustentabilidade

O projeto Cine Sustentabilidade tem o objetivo de sensibilizar os empregados da Companhia em relação aos 10 princípios do Pacto Global. A Copel Distribuição, por meio de sua Controladora, é signatária do Pacto Global desde o ano de 2001, assim sendo, a proposta do Cine Sustentabilidade vai além de dar conhecimento aos empregados dos 10 princípios, provocando a reflexão quanto a esses princípios e estabelecendo a correlação dos mesmos com processos, ações e iniciativas existentes na Companhia.

A metodologia adotada utiliza o viés da Arte, especialmente o Cinema, visando tornar o treinamento agradável ao participante, bem como possibilitar a discussão sobre os temas apresentados num contexto e realidade atuais do Brasil e da Companhia. Essa apresentação e debate sobre o cenário atual, especialmente nas questões afetas à sustentabilidade, traz como proposta a mudança de cenário a partir de atitudes e ações concretas de cada indivíduo.

Seminário Copel de Boas Práticas Socioambientais

O seminário foi criado com o objetivo de dar visibilidade e difundir projetos e práticas socioambientais desenvolvidos em áreas da Companhia, visando dar conhecimento e possibilitando a replicação em outras áreas. A 3ª edição do seminário focou na temática da diversidade, com palestras e apresentações artísticas trazendo especialmente questões de gênero e de raça, propondo a reflexão e o compartilhamento de conhecimentos. Nesta edição, foram apresentadas as boas práticas inscritas no Troféu Susie Pontarolli.

Troféu Susie Pontarolli

Em novembro de 2012, a Copel Distribuição, por meio de sua Controladora, realizou a primeira edição do Troféu Susie Pontarolli de Sustentabilidade, que tem por objetivo reconhecer e apoiar iniciativas que visem contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável e da melhoria de qualidade de vida.

A denominação do prêmio é homenagem a Susie Pontarolli, empregada falecida no início de 2011, que foi a precursora da sustentabilidade na empresa. Ao longo de sua carreira, Susie se dedicou a promover os princípios da ética empresarial, da inclusão e valorização do ser humano e da responsabilidade social, levando a Companhia a participar, sempre de maneira destacada, de foros como o Pacto Global da ONU e o Instituto Ethos.

5.5. Projetos e Programas Corporativos

- **Voluntariado Corporativo – EletriCidadania**

Instituído em 2004, o EletriCidadania visa o incentivo ao voluntariado e ao desenvolvimento de atitudes de cidadania e responsabilidade social entre os empregados. O Programa permite que os empregados utilizem até 4 horas mensais do seu tempo de trabalho para a execução, de forma voluntária e espontânea, de ações comunitárias que, muito além do simples assistencialismo, levem ao desenvolvimento sustentável da sociedade em todos os aspectos, sejam eles culturais, educacionais ou profissionais. Em 2012, foram realizadas 771 horas de voluntariado.

- **Programa Corporativo de Acessibilidade**

O Programa Corporativo de Acessibilidade tem o objetivo de tornar a Companhia rigorosamente adaptada no que diz respeito às questões de acessibilidade, por meio de reformas, projetos arquitetônicos e urbanísticos, implementação de recursos tecnológicos, aplicação de treinamento e campanhas educativas, para que seus empregados e partes interessadas, com algum tipo de deficiência, tenham pleno acesso às suas instalações, informações e serviços. Em 2012, a Copel Distribuição alcançou a marca de 80% das agências e postos de atendimento adaptados arquitetonicamente.

Para disseminar a cultura da inclusão e promover capacitação no tema, foram realizados Seminários de Acessibilidade em três cidades do Estado: Curitiba, Maringá e União da Vitória. O assunto também foi abordado na maior SIPAT da região metropolitana de Curitiba, com a presença do Secretário Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

- **Equidade de Gênero e Raça**

O Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça é o reconhecimento do compromisso da organização com um processo eficiente de gestão, em busca de resultados econômicos, financeiros e socioambientais de qualidade, além de ser a demonstração nacional e internacional, nas diversas mídias, do comprometimento com a equidade de gênero e étnico-racial.

Em 2012, foram realizadas diversas atividades previstas no Plano de Ação da Copel para a 4ª Edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça:

- palestra de sensibilização sobre o tema gravidez na adolescência no município de Ortigueira;



COPEL

Copel Distribuição S.A.



- encontro com as empresas paranaenses signatárias da 4ª Edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, com o objetivo de promover a troca de boas práticas e disseminar conceitos;
- comemoração do Dia Internacional dos Direitos Humanos.

• **Programa Luz para Todos - LPT**

Em 2011, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 7.520/2011, instituiu novo Programa LPT para o período de 2011 a 2014, destinado a propiciar atendimento exclusivamente às famílias prioritárias, ou seja: moradores dos Territórios da Cidadania, assentamentos rurais, comunidades indígenas, quilombolas, como também a escolas, postos de saúde e poços de água comunitários. Em 2012 foram realizadas 590 ligações e também iniciadas as obras para atendimento às comunidades isoladas, por meio de cabos especiais e sistemas fotovoltaicos, que beneficiarão mais de 500 famílias em 2013.

• **Programa Luz Legal**

O Programa Luz Legal, iniciado no final de 2003 e concluído em setembro de 2012, proporcionou melhoria nas condições de vida e de cidadania, bem como a regularização e segurança no uso da energia em comunidades urbanas.

O Programa abrangeu atendimentos em áreas de invasão e comunidades que tiveram regularização fundiária e urbanização, coordenadas pela Companhia de Habitação do Paraná – Cohapar. O foco do Programa foi a construção e ligação de entradas de serviço (padrão Copel) para as moradias, com preço acessível e pagamento facilitado, atendendo, ao todo, 6.859 famílias, sendo 87,5% em Curitiba e região metropolitana.

• **Programa de Irrigação Noturna**

Realizado em conjunto com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - Sema, entre outros órgãos, o programa tem como objetivo incentivar o aumento da produtividade agrícola mediante desconto na energia elétrica utilizada à noite para acionamento de sistemas de irrigação, o que resulta em aumento da renda e melhoria da qualidade de vida do produtor rural. Até 2012, foram beneficiados 3.068 agricultores pela tarifa especial de irrigação.

• **Programa Tarifa Rural Noturna**

O programa tem o objetivo de incentivar os produtores rurais paranaenses, classificados como consumidores rurais atendidos em rede de baixa tensão, a utilizar a energia elétrica no período compreendido entre 21h30 e 06h, mediante desconto de 60% na tarifa, proporcionando

minimização de custos e incremento da produção rural no Estado do Paraná. Até 2012, foram beneficiadas 6.946 propriedades pela tarifa especial noturna.

- **Programa Luz Fraterna**

Programa em parceria com o Governo do Estado do Paraná, pelo qual as unidades consumidoras classificadas como residencial baixa renda ou residencial rural e com consumo de até 100 kWh têm isenção total da fatura, cujo débito é assumido pelo Governo do Estado. O total de consumidores (média mensal) da Copel Distribuição beneficiados pelo Programa Luz Fraterna, em 2012, foi de 158.492.

- **Programa de Eficiência Energética - PEE**

A Copel Distribuição desenvolve anualmente o Programa de Eficiência Energética - PEE, em atendimento ao contrato de concessão para distribuição de energia elétrica e à Lei nº 9.991/2000, por meio do qual são aplicados recursos financeiros em projetos que têm como objetivo a promoção da eficiência energética no uso final da energia elétrica.

Em 2012, foram aplicados cerca de R\$ 46,5 milhões em ações que contemplaram a melhoria da eficiência energética nas instalações de consumidores residenciais de baixa renda, comunidades indígenas, hospitais sem fins lucrativos, prédios públicos, estabelecimentos comerciais, sinalização semafórica, entre outros projetos.

5.6. Meio ambiente

- **Programa de Arborização Urbana**

Incentiva a melhoria da arborização urbana dos municípios da área de concessão da Copel Distribuição, por meio de ações junto às Prefeituras, visando a convivência das redes de distribuição de energia com as árvores urbanas. O plantio de árvores adequadas em locais corretos resulta em uma menor necessidade de intervenções com podas drásticas e na redução de interrupções no fornecimento de energia.

Em 2012, foi finalizada a execução de oito convênios na modalidade "substituição de árvores e fornecimento de mudas" e firmados outros 11 novos convênios com municípios da área de concessão da Companhia, incluindo as Prefeituras Municipais de Curitiba e Londrina, consideradas cidades prioritárias para atuação no Programa.

No período foram removidas 1.251 árvores que ofereciam riscos às redes de energia e fornecidas 2.543 mudas, com tamanho padrão para plantio nas calçadas.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



- **Tecnologias de redes de distribuição de energia**

Os impactos socioambientais mais significativos das redes de distribuição são: riscos de acidentes com terceiros, conflitos com a arborização e poluição visual. Para mitigar estes impactos, em locais arborizados ou em áreas rurais com vegetação protegida por lei, a Copel Distribuição adota tecnologias substitutivas às redes nuas, como a rede compacta protegida, a rede secundária isolada, a rede isolada e a rede subterrânea.

Rede de Distribuição Compacta Protegida - RDC e Rede de Distribuição Secundária Isolada - RSI

As RDCs minimizam a área de interferência com a vegetação e a necessidade de poda das árvores. As RSIs permitem maior proximidade dos galhos de árvores, sem risco de provocar interrupções em caso de contato eventual e não permanente nos condutores. Juntas, as RDCs e RSIs representam 18,9% e 1,4% do total de redes construídas até 2012, nas áreas urbana e rural, respectivamente.

Rede isolada

Outra tecnologia de rede que tem sido estudada pela Copel Distribuição é a rede aérea isolada. Trata-se de uma tecnologia de cabos isolados que permite o contato permanente com a arborização. Este tipo de rede torna a necessidade de poda de árvores quase nula.

6. BALANÇO SOCIAL

BALANÇO SOCIAL ANUAL Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		2012		2011	
1 - BASE DE CÁLCULO					
NE 24	Receita Líquida - RL	5.892.171		5.490.064	
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS		% Sobre RL		% Sobre RL	
NE 25.3	Remuneração dos administradores	462	-	380	-
	Remuneração dos empregados	536.457	9,2	481.805	8,8
	Alimentação (Auxílio alimentação e outros)	74.190	1,3	67.806	1,2
NE 25.3	Encargos sociais compulsórios	177.260	3,0	149.319	2,7
NE 18.3	Plano previdenciário	34.966	0,6	33.035	0,6
NE 18.3	Saúde (Plano assistencial)	99.452	1,7	75.559	1,4
	Capacitação e desenvolvimento profissional	7.901	0,1	9.925	0,2
NE 25.3	Participação nos lucros e/ou resultados	21.389	0,4	35.162	0,6
NE 25.3	Indenizações Trabalhistas	105.842	1,8	43.250	0,8
(1)	Outros benefícios	10.308	0,2	10.755	0,2
	Total	1.068.227	18,1	906.996	16,5
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		% Sobre RL		% Sobre RL	
	Esporte e Cultura	2.876	-	6.206	0,2
NE 25.7	Lei do incentivo ao esporte	830	-	1.271	-
NE 25.7	Lei Rouanet	1.946	-	4.935	0,2
	Projetos culturais diversos - IPTU	100	-	-	-
	Programas	61.203	1,0	67.971	1,2
	Programa de Eficiência Energética - PEE	46.473	0,7	25.081	0,5
	Programa Luz para Todos	9.337	0,2	34.645	0,6
	Programa Tarifa Noturna	4.829	0,1	6.085	0,1
NE 25.7	Fundo dos direitos da criança e do adolescente	487	-	1.310	-
	Outros programas	77	-	850	-
	Total das contribuições para a sociedade	64.079	1,0	74.177	1,4
	Tributos (excluídos encargos sociais)	3.626.244	61,5	3.643.475	66,4
	Total	3.690.323	62,5	3.717.652	67,8
4 - INDICADORES AMBIENTAIS		% Sobre RL		% Sobre RL	
	Investimentos relacionados com as operações da empresa	210.445	3,6	141.970	2,6
	Pesquisa & Desenvolvimento - P&D	21.162	0,4	23.030	0,4
	Programas de proteção de Fauna e Flora	188.069	3,2	116.766	2,2
	Outros programas	1.214	-	2.174	-
	Investimentos em programas e/ou projetos externos	27	-	83	-
	Total	210.472	3,6	142.053	2,6
(2)	Quantidade de sanções ambientais	-		3	
	Valor das sanções ambientais	-		-	

NE - Nota Explicativa

		2012			2011		
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL							
Empregados no final do período		7.169			7.034		
Admissões durante o período		614			781		
Escolaridade dos empregados(as):		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total Superior e extensão universitária		2.789	1.923	866	2.679	1.883	796
Total 2º Grau		4.171	3.495	676	4.073	3.443	630
Total 1º Grau		209	195	14	282	259	23
Faixa etária dos empregados(as):							
(3)	Abaixo de 18 anos	30			57		
	De 18 até 30 anos (exclusive)	1.473			1.576		
	De 30 até 45 anos (exclusive)	2.969			2.777		
	De 45 até 60 anos (exclusive)	2.666			2.594		
	Acima de 60 anos	31			30		
Mulheres que trabalham na empresa		1.556			1.449		
% Mulheres em cargos gerenciais:							
em relação ao nº total de mulheres		5,0			4,8		
em relação ao nº total de gerentes		18,6			17,8		
Negros(as) que trabalham na empresa		853			862		
% Negros(as) em cargos gerenciais:							
em relação ao nº total de negros(as)		3,9			2,8		
em relação ao nº total de gerentes		7,9			6,1		
Portadores(as) de necessidades especiais		151			70		
Dependentes		12.821			12.355		
(4)	Terceirizados	4.572			4.465		
(5)	Estagiários(as)	299			272		
(5)	Aprendiz (es)	252			-		
Nº de processos trabalhistas em andamento no final do exercício		2.383			2.209		
Nº de processos trabalhistas encerrados no exercício		791			409		
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL							
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		15			16		
Número total de Acidentes de Trabalho (inclui acidentes com contratados)		216			191		
Número total de reclamações e críticas de consumidores:							
na empresa		79.708			113.115		
no Procon		638			479		
na Justiça		1.635			1.600		
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:							
na empresa		100,0%			100,0%		
no Procon		82,9%			93,9%		
na Justiça		21,4%			39,6%		

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	2012 direção e gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa:	incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	todos
A participação dos lucros ou resultados contempla:	todos
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	organiza e incentiva

7- GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA	2012	2011
Valor adicionado total a distribuir	5.190.100	5.171.806
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		
Terceiros	11,2%	3,1%
Pessoal	17,1%	13,8%
Governo	72,5%	72,7%
Acionistas	-	3,5%
Retido	-0,8%	6,9%

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES

• A partir de 2010, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE, não mais prescreve seu modelo padrão de Balanço Social por entenderem que esta ferramenta e metodologia já se encontram amplamente difundida entre empresas, consultorias e institutos que promovem a responsabilidade social corporativa no Brasil. Assim sendo, a Copel Distribuição, que já utilizava este modelo desde 1999, resolveu, fundamentada na orientação do Ibase, melhorar sua demonstração de Balanço Social, abordando também informações solicitadas na NBCT 15, visando a transparência de suas informações.

• A Copel Distribuição é uma subsidiária integral da Copel, companhia pertencente ao Setor Energético, atuante no Estado do Paraná com CNPJ nº 04.368.898/0001-06.

(1) O item Outros benefícios é composto por: Auxílio doença complementar, Auxílio maternidade prorrogado, Seguros, Vale transporte excedente e Auxílio invalidez, Morte acidental, Auxílio creche, Auxílio educação, Cultura e Segurança e Medicina no trabalho.

(2) Estas informações referem-se a multas e notificações socioambientais. Valores referente aos Termos de Compromisso - TCs e Termos de Ajustamento de Conduta - TACs são considerados em sociais externos ou ambientais, dependendo de sua natureza.

(3) Referem-se ao programa de aprendiz em conflito com a lei.

(4) Este número corresponde ao total de trabalhadores terceirizados contratados no período independentemente do número de horas trabalhadas. Não representa o número de postos de trabalho terceirizados.

(5) Não compõem o quadro de empregados.

7. COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO FISCAL

Presidente	JOAQUIM ANTONIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA PORTES
Membros Titulares	VAGA EM ABERTO JOSÉ TAVARES DA SILVA NETO
Membros Suplentes	OSNI RISTOW ROBERTO BRUNNER VAGA EM ABERTO

DIRETORIA

Diretor Presidente e Diretor de Distribuição	PEDRO AUGUSTO DO NASCIMENTO NETO
Diretora de Gestão Corporativa	YÁRA CHRISTINA EISENBACH
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores	LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI
Diretor Jurídico	JULIO JACOB JUNIOR
Diretor de Engenharia	JORGE ANDRIGUETTO JUNIOR
Diretor de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial	JONEL NAZARENO IURK
Diretor Adjunto	LUIZ GEREMIAS DE AVIZ

CONTADOR

Contador - CRC-PR-045809/0-2	ADRIANO FEDALTO
------------------------------	-----------------

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Copel Distribuição S.A. foi extinto através de sua 10ª Assembléia Geral Extraordinária, ratificada pela 119ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia - Copel.



Copel Distribuição S.A.

CNPJ/MF 04.368.898/0001-06

Inscrição Estadual 90.233.073-99

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel

www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco C - Mossunguê - Curitiba - PR

CEP 81200-240

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2012

SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	3
Balanços Patrimoniais	3
Demonstrações de Resultados	5
Demonstrações de Resultados Abrangentes	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	8
Demonstrações do Valor Adicionado	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
1 Contexto Operacional	12
2 Base de Preparação	12
3 Principais Políticas Contábeis	14
4 Caixa e Equivalentes de Caixa	24
5 Títulos e Valores Mobiliários	24
6 Cauções e Depósitos Vinculados	25
7 Clientes	26
8 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	27
9 Outros Créditos	28
10 Tributos	28
11 Depósitos Judiciais	31
12 Contas a Receber Vinculadas à Concessão	32
13 Intangível	35
14 Obrigações Sociais e Trabalhistas	38
15 Fornecedores	38
16 Empréstimos e Financiamentos	39
17 Debêntures	43
18 Benefícios Pós-Emprego	44
19 Encargos do Consumidor a Recolher	49
20 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	49
21 Outras Contas a Pagar	50
22 Contingências e Provisões para Litígios	50
23 Patrimônio Líquido	54
24 Receita Operacional Líquida	56
25 Custos e Despesas Operacionais	58
26 Resultado Financeiro	61
27 Contratos de Arrendamento Operacional	61
28 Instrumentos Financeiros	63
29 Transações com Partes Relacionadas	73
30 Seguros (não auditado)	76
31 Conta de Compensação da "Parcela A"	77
32 Eventos Subsequentes	80
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	81
PARECER DO CONSELHO FISCAL	84



COPEL

Copel Distribuição S.A.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Valores expressos em milhares de reais - R\$

ATIVO	NE n°	31.12.2012	31.12.2011
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.126.361	647.783
Títulos e valores mobiliários	5	158.837	33.735
Cauções e depósitos vinculados	6	34.293	5
Clientes	7	1.200.251	1.104.328
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	8	75.930	65.862
Outros créditos	9	126.686	95.030
Estoques	-	84.995	69.579
Imposto de renda e contribuição social	10.1	35.868	87.484
Outros tributos correntes a recuperar	10.3	31.460	44.871
Despesas antecipadas	-	1.587	1.662
		2.876.268	2.150.339
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	5	35.688	658
Cauções e depósitos vinculados	6	43.246	37.553
Clientes	7	26.172	32.363
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	8	1.308.354	1.280.598
Depósitos judiciais	11	276.541	185.994
Contas a receber vinculadas à concessão	12	2.383.262	2.225.203
Outros créditos	9	4.036	3.172
Outros tributos correntes a recuperar	10.3	60.663	64.827
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.2	488.812	332.703
		4.626.774	4.163.071
Investimentos	-	4.012	4.012
Intangível	13	1.305.749	1.246.514
		5.936.535	5.413.597
TOTAL DO ATIVO		8.812.803	7.563.936

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Balanços Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (continuação)

Valores expressos em milhares de reais - R\$

PASSIVO	NE n°	31.12.2012	31.12.2011
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas	14	243.128	151.184
Fornecedores	15	694.903	531.187
Obrigações fiscais	10.3	205.330	214.128
Empréstimos e financiamentos	16	164.788	17.619
Debêntures	17	12.719	-
Dividendos a pagar	-	371.863	508.695
Benefícios pós-emprego	18	18.004	24.612
Encargos do consumidor a recolher	19	49.262	66.464
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20	142.936	140.918
Outras contas a pagar	21	67.523	53.358
		1.970.456	1.708.165
NÃO CIRCULANTE			
Mútuo com a controladora	29.d	851.237	781.031
Empréstimos e financiamentos	16	609.941	708.607
Debêntures	17	997.958	-
Benefícios pós-emprego	18	343.584	295.899
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20	61.211	60.126
Provisões para litígios	22	376.896	344.273
		3.240.827	2.189.936
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23		
Capital social		2.624.841	2.624.841
Ajustes de avaliação patrimonial		1.230	8.657
Reserva legal		135.294	135.294
Reserva de retenção de lucros		840.155	883.575
Dividendo adicional proposto		-	13.468
		3.601.520	3.665.835
TOTAL DO PASSIVO		8.812.803	7.563.936

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras



COPEL

Copel Distribuição S.A.



Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido e o prejuízo por ação)

OPERAÇÕES CONTINUADAS	NE n°	31.12.2012	31.12.2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24	5.892.171	5.490.064
Custos Operacionais	25	(5.425.103)	(4.512.089)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		467.068	977.975
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com vendas	25	(79.660)	(63.104)
Despesas gerais e administrativas	25	(354.310)	(311.580)
Outras receitas (despesas), líquidas	25	(109.754)	(151.308)
		(543.724)	(525.992)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(76.656)	451.983
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	26	547.093	403.583
Despesas financeiras	26	(541.449)	(146.862)
		5.644	256.721
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(71.012)	708.704
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda e contribuição social	10.4	(124.691)	(297.653)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.4	152.283	124.835
		27.592	(172.818)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(43.420)	535.886

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras



COPEL

Copel Distribuição S.A.



Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	NE nº	31.12.2012	31.12.2011
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	23.4	(43.420)	535.886
Outros resultados abrangentes			
Ganhos (perdas) com ativos financeiros disponíveis para venda:			
Aplicações financeiras	23.3	1.863	-
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	23.3	(633)	-
Contas a receber vinculadas à concessão	23.3	(13.116)	(7.282)
Tributos sobre perdas com ativos financeiros	23.3	4.459	2.476
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos		(7.427)	(4.806)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(50.847)	531.080

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras



COPEL

Copel Distribuição S.A.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	NE nº	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros				Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Prejuízos acumulados	
Saldo em 1º de janeiro de 2011		2.624.841	13.463	108.500	570.007	-	-	3.316.811
Lucro líquido do exercício	23.4	-	-	-	-	-	535.886	535.886
Outros resultados abrangentes								
Ajuste ref. a ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, líquido de tributos	23.3	-	(4.806)	-	-	-	-	(4.806)
Resultado abrangente total do exercício		-	(4.806)	-	-	-	535.886	531.080
Destinação proposta à A.G.O.:								
Reserva legal	23.4	-	-	26.794	-	-	(26.794)	-
Juros sobre o capital próprio	23.4	-	-	-	-	13.468	(195.524)	(182.056)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	313.568	-	(313.568)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011		2.624.841	8.657	135.294	883.575	13.468	-	3.665.835
Prejuízo do exercício	23.4	-	-	-	-	-	(43.420)	(43.420)
Outros resultados abrangentes								
Ajuste ref. a ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, líquido de tributos	23.3	-	(7.427)	-	-	-	-	(7.427)
Resultado abrangente total do exercício		-	(7.427)	-	-	-	(43.420)	(50.847)
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	-	(13.468)	-	(13.468)
Absorção do prejuízo do exercício	23.2	-	-	-	(43.420)	-	43.420	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012		2.624.841	1.230	135.294	840.155	-	-	3.601.520

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras



COPEL

Copel Distribuição S.A.

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	NE nº	31.12.2012	31.12.2011
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(43.420)	535.886
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais:			
Amortização do intangível	13	192.344	193.969
Variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		(228.196)	(116.243)
Imposto de renda e contribuição social		124.691	297.653
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.2.1	(152.283)	(124.835)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	25.5	54.852	40.088
Provisão para perdas com créditos tributários	25.5	-	33.175
Provisão para litígios	25.5	64.134	49.069
Provisão para benefícios pós-emprego	18.3	134.418	108.594
Provisão para pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20.2	52.165	48.068
Atualização do valor justo de contas a receber vinculadas à concessão	12.1	401.104	-
Baixas de contas a receber vinculadas à concessão	12.1	24.313	25.895
Resultado das baixas de investimentos		-	207
Resultado das baixas de intangível	13	8.209	12.458
Redução (aumento) dos ativos			
Cientes		(128.221)	(203.755)
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	8.2	150.864	143.683
Depósitos judiciais		(90.547)	(38.099)
Outros créditos		(32.916)	32.487
Estoques		(15.416)	14.314
Imposto de renda e contribuição social		51.616	(56.799)
Outros tributos correntes a recuperar		27.832	(36.652)
Despesas antecipadas		75	(8)
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		91.944	32.394
Fornecedores		163.716	86.200
Imposto de renda e contribuição social pagos		(124.691)	(297.653)
Outras obrigações fiscais		(8.798)	(46.578)
Pagamento de encargos de empréstimos e financiamentos	16.6	(11.382)	(15.537)
Pagamento de encargos de debêntures	17.2	(2.139)	-
Pagamento de encargos de mútuo com a controladora		(115.271)	-
Benefícios pós-emprego	18.3	(93.341)	(67.622)
Encargos do consumidor a recolher		(17.202)	13.989
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20.2	(60.011)	(66.175)
Outras contas a pagar		14.165	5.898
Provisões para litígios	22.1	(31.511)	(33.930)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		401.097	570.141

(continua)



COPEL

Copel Distribuição S.A.



Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (continuação)

Valores expressos em milhares de reais - R\$

(continuação)

	NE nº	31.12.2012	31.12.2011
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(192.557)	(2.726)
Adições no intangível	13	(809.043)	(790.285)
Participação financeira dos consumidores	13	107.980	94.396
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(893.620)	(698.615)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingresso de mútuo com a controladora		800.000	-
Ingresso de empréstimos obtidos com terceiros	16.6	11.193	152.219
Emissão de debêntures	17.2	1.000.000	-
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	16.6	(14.988)	(15.712)
Amortização de principal do mútuo com a controladora		(674.804)	-
Juros sobre o capital próprio pagos		(150.300)	(29.329)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		971.101	107.178
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		478.578	(21.296)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	647.783	669.079
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	1.126.361	647.783
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		478.578	(21.296)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****Demonstrações do Valor Adicionado**

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	NE nº	31.12.2012	31.12.2011
Receitas			
Venda de energia, serviços e outras receitas		9.014.569	8.549.350
Receita de construção	24	665.601	606.620
Outras receitas		25	2.579
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	25.5	(54.852)	(40.088)
Total		9.625.343	9.118.461
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Energia elétrica comprada para revenda		3.212.676	2.590.625
Encargos de uso da rede elétrica (-) ESS e EER		589.814	529.860
Material, insumos e serviços de terceiros		377.119	386.291
Custo de construção		557.989	536.235
Perda / Recuperação de valores ativos		20.116	48.461
Outros encargos		15.659	13.882
Outros insumos		83.280	106.973
Total		4.856.653	4.212.327
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		4.768.690	4.906.134
(-) Amortização	25	192.344	193.969
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		4.576.346	4.712.165
(+) Valor adicionado transferido			
Receitas financeiras	26	547.093	403.583
Outras receitas		66.661	56.058
Total		613.754	459.641
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		5.190.100	5.171.806

(continua)

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****Demonstrações do Valor Adicionado**

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (continuação)

Valores expressos em milhares de reais - R\$

(continuação)

	NE nº	31.12.2012	%	31.12.2011	%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO :					
Pessoal					
Remunerações e honorários	25.3	537.169		483.640	
Planos previdenciário e assistencial	18.3	134.418		108.594	
Auxílio alimentação e educação	25.3	66.337		54.922	
Encargos sociais - FGTS		39.309		32.524	
Indenizações trabalhistas	25.3	105.842		43.250	
Participação nos lucros e/ou resultados	25.3	21.389		35.162	
Apropriação no imobilizado e no intangível em curso		(15.759)		(43.056)	
Total		888.705	17,1	715.036	13,8
Governo					
Federal		1.422.687		1.541.359	
Estadual		2.340.699		2.218.031	
Municipal		810		880	
Total		3.764.196	72,5	3.760.270	72,7
Terceiros					
Juros e multas		560.663		142.080	
Arrendamentos e aluguéis		16.693		11.018	
Doações, subvenções e contribuições		3.263		7.516	
Total		580.619	11,2	160.614	3,1
Acionistas					
Remuneração do capital próprio		-		182.056	
Lucros retidos na empresa		(43.420)		353.830	
Total		(43.420)	(0,8)	535.886	10,4
		5.190.100	100,0	5.171.806	100,0

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras



COPEL

Copel Distribuição S.A.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Valores expressos em milhares de reais - R\$

1 Contexto Operacional

A Copel Distribuição S.A. (Copel Distribuição ou Companhia), com sede na rua José Izidoro Biazetto, 158, bloco C, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel (Copel ou Controladora). Explora a distribuição e a comercialização regulada de energia elétrica em 1.120 localidades, pertencentes a 394 municípios do Paraná e um em Santa Catarina, Porto União. Os municípios de Guarapuava, Coronel Vivida e Porto União são atendidos parcialmente.

2 Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as orientações, as interpretações e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão dos Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 25.03.2013.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras são elaboradas com base no custo histórico, exceto para instrumentos financeiros mensurados aos valores justos por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados aos valores justos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



2.4 Uso de estimativas e julgamentos

De acordo com os CPCs, a preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

NE nº 10.2 - Imposto de renda e contribuição social diferidos;

NE nº 12 - Contas a Receber Vinculadas à Concessão;

NE nº 13 - Intangível; e

NE nº 27 - Contratos de Arrendamento Operacional.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas, que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

NE nº 3.8 - Avaliação do valor de recuperação dos ativos;

NE nº 3.16.1 - Receita não faturada;

NE nº 7 - Clientes (PCLD, CCEE e Receita não faturada);

NE nº 13 - Intangível;

NE nº 18 - Benefícios Pós-Emprego;

NE nº 22 - Contingências e Provisões para Litígios; e

NE nº 28 - Instrumentos Financeiros.

2.5 Reclassificações

2.5.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

No exercício de 2012, a Companhia passou a compensar os ativos e os passivos fiscais diferidos apresentando-os de forma líquida, quando há o direito legalmente executável para compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



Para fins de comparação, os saldos das contas Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos em 31.12.2011 estão sendo rerepresentados com as compensações entre ativo e passivo, conforme demonstrado a seguir:

	Publicado	Reclassificado
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		
Ativo não circulante	398.760	332.703
Passivo não circulante	66.057	-

2.5.2 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A Companhia revisou, no exercício, a Demonstração do Valor Adicionado. Foram reclassificados os custos de construção de ativos próprios de mão de obra própria, juros e impostos; Dividendos adicionais propostos, de Remuneração do capital próprio para Lucros retidos na empresa.

Para fins de comparação, o Valor adicionado a distribuir e a Distribuição do valor adicionado referentes ao exercício de 2011 foram alterados, conforme demonstrado a seguir:

	Publicado	Reclassificado
Demonstração do Valor Adicionado		
Valor adicionado a distribuir	5.088.565	5.171.806
Distribuição do valor adicionado	5.088.565	5.171.806

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação, e que são prontamente conversíveis em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 Títulos e valores mobiliários

Estes instrumentos financeiros são classificados como disponíveis para venda, mantidos para negociação e mantidos até o vencimento. O tratamento contábil destes instrumentos financeiros está descrito no item 3.18.

3.3 Clientes

São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e são contabilizados com base no regime de competência.

Os saldos de parcelamento de débitos de clientes são trazidos a valor presente, considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



O saldo de clientes é apresentado líquido da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD.

A PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD dos consumidores é constituída considerando os parâmetros recomendados pela Aneel, com base nos valores a receber da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, além da experiência em relação ao histórico das perdas efetivas. Engloba os recebíveis faturados, até o encerramento do balanço.

3.4 Contas a receber vinculadas à concessão

Refere-se à indenização prevista no contrato de concessão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e que no entendimento da Companhia assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. Essa indenização tem como objetivo reembolsar a Companhia pelos investimentos efetuados em infraestrutura e que não foram recuperados, por meio da tarifa, até o vencimento da concessão, por possuírem vida útil superior ao prazo da concessão.

Estes ativos financeiros, por não possuírem fluxos de caixa fixos determináveis, uma vez que a premissa da indenização terá como base o custo de reposição dos ativos da concessão, e por não possuírem as características necessárias para serem classificados nas demais categorias de ativos financeiros, são classificados como “disponíveis para venda”. Os fluxos de caixa atrelados a esses ativos são determinados considerando o valor da base tarifária denominada Base de Remuneração Regulatória - BRR, definida pelo Poder Concedente, cuja metodologia utilizada é o custo de reposição dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição vinculada à concessão. Essa base tarifária (BRR) é revisada a cada quatro anos considerando diversos fatores e tem como objetivo refletir a variação de preços dos ativos físicos, incluindo as baixas, depreciações e adições dos bens integrantes desta infraestrutura (ativo físico).

A remuneração deste ativo financeiro é baseada no Custo Médio Ponderado de Capital - WACC regulatório homologado pela Aneel no processo de revisão tarifária periódica a cada quatro anos e seu montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente.

Nos períodos intercalares entre a data da última e próxima revisão tarifária periódica, o saldo do ativo financeiro deve ser ajustado pela expectativa da Administração de aumento ou redução dos seus fluxos de caixa vinculados à atualização e movimentação dos bens integrantes da infraestrutura (ativo físico). Essas variações da estimativa de fluxo de caixa são registradas diretamente no resultado do exercício.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a Companhia mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela Aneel (WACC regulatório). Esses componentes atualizados na data do balanço determinam a nova taxa de juros utilizada pela Companhia para trazer a valor presente os fluxos de caixa estabelecidos na última revisão tarifária e previstos até a próxima revisão, em 2016. Devido à natureza deste ativo financeiro, a Companhia entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela Aneel leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor. Os ajustes na variação do valor justo decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório são reconhecidos no Patrimônio Líquido, quando aplicável.

3.5 Estoques

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, estão registrados pelo custo médio de aquisição.

3.6 Impostos e contribuições

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto sobre Serviços - ISS às alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados deduzindo os custos operacionais na demonstração do resultado.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do ICMS, PIS e da Cofins relacionados às aquisições para os ativos fixos são apresentados deduzindo o custo de aquisição dos respectivos ativos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, sendo 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Os tributos diferidos são apurados considerando as alíquotas vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e que se espera sejam aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva, para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

A Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei 11.941/09, criou o Regime Tributário de Transição - RTT, aplicável à pessoa jurídica sujeita ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ com base no Lucro Real. A adoção deste regime foi optativa para os anos de 2008 e 2009, sendo que para o ano de 2010 passou a ser obrigatória e vigorará até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis, buscando a neutralidade tributária.

Este regime tem como objetivo neutralizar o potencial impacto tributário decorrente das modificações dos critérios de reconhecimento contábeis das receitas, custos e despesas introduzidas pela Lei nº 11.638/2007.

Com a adoção deste regime, as modificações dos critérios de reconhecimento das receitas, custos e despesas não geram efeitos na apuração da base de cálculo dos tributos, tanto sobre as receitas quanto sobre o lucro, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31.12.2007.

3.7 Intangível

3.7.1 Contrato de concessão - distribuição

Compreende o direito ao acesso e de exploração da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pelo operador como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com o CPC 04 - Ativos intangíveis, o ICPC 01 e o OCPC 05 - Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo a parcela remanescente após a determinação do ativo financeiro (valor residual), em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores, portanto, com risco de demanda.

É reconhecido pelo valor justo de aquisição e de construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Copel Distribuição, com expectativa de amortização durante o prazo da concessão.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



3.7.2 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.8 Avaliação do valor de recuperação dos ativos

Os bens do intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

3.9 Dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e de juros sobre capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Todavia, qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é registrado no passivo na data em que são aprovados e declarados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado no momento do seu registro em contas a pagar.

3.10 Benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de benefícios a empregados, descritos em detalhes na NE nº 18. Os valores destes compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados nos termos da deliberação CVM 600/09, do CPC 33/IAS19.

A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais, motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais, são reconhecidos seguindo a regra do corredor, ou seja, os ganhos e perdas somente serão reconhecidos nos resultados na extensão que superarem 10% dos ativos do plano ou 10% do passivo de benefício a empregados projetado acumulado, dos dois, o maior.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



3.11 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Programa de Eficientização Energética - PEE

São programas de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética, para os quais as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9.991/00 e regulamentação nas Resoluções Aneel nº 300/08, 316/08 e 504/12.

3.12 Provisão de custos socioambientais ou obrigações socioambientais

As obrigações ambientais são reconhecidas no passivo quando suas ocorrências forem prováveis e possam ser razoavelmente estimadas.

É registrada à medida que a Companhia assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado ou intangível em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são registrados diretamente no resultado do exercício.

3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração da entidade, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes. As evidências consideradas devem incluir qualquer evidência adicional fornecida por eventos subsequentes à data do balanço.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.14 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



3.15 Reconhecimento da receita

As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas.

3.15.1 Receita não faturada

Corresponde ao reconhecimento da receita de fornecimento e suprimento de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica, não faturada ao consumidor, calculada em base estimada referente ao período, após a medição mensal e até o último dia do mês.

3.15.2 Prestação de serviços

A receita de um contrato para prestação de serviços é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato, que é assim determinado:

- Os honorários de instalação são reconhecidos de acordo com o estágio de conclusão dos serviços de instalação, determinados proporcionalmente entre o tempo total estimado para os serviços e o tempo decorrido até o final de cada período de relatório;
- Os honorários de serviços incluídos no preço de produtos vendidos são reconhecidos proporcionalmente ao seu custo total, considerando as tendências históricas no número de serviços realmente prestados em produtos vendidos anteriormente; e
- A receita referente a serviços com base em tempo e materiais contratados é reconhecida às taxas contratuais conforme as horas trabalhadas e quando as despesas diretas são incorridas.

3.15.3 Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.15.4 Receita de aluguel

A política da Companhia para o reconhecimento de receita de arrendamentos operacionais está descrita na NE nº 3.19.1 Arrendamento - A Companhia como arrendadora.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



3.16 Receita de construção e custo de construção

A ICPC 01/IFRIC 12 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os CPC 17/IAS 11 - Contratos de Construção e CPC 30/IAS 18, IFRIC 13 e SIC 31 - Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas de construção relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica conforme estágio de execução.

Os respectivos custos são reconhecidos, quando incorridos na demonstração do resultado do exercício como custo de construção.

Considerando que a Companhia terceiriza a construção de infraestrutura de distribuição com partes não relacionadas e o grande volume de obras é realizado em curto prazo de tempo, a margem de construção para a atividade de distribuição resulta em valores não significativos, admitindo-se como valores próximos a zero.

3.17 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa preparada pela Administração da Companhia quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

3.18 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito a seguir:

Ativos financeiros

3.18.1 Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento seus ativos financeiros, esses são classificados como “mantidos até o vencimento”. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



3.18.2 Instrumentos financeiros disponíveis para venda

A mensuração inicial e subsequente dos instrumentos financeiros classificados como “disponível para venda” é efetuada com base no valor justo, sendo que a variação do valor justo proveniente da diferença entre a taxa de juros de mercado e a taxa de juros efetiva é registrada diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, como ajuste de avaliação patrimonial, sem transitar pelo resultado do exercício. A parcela dos juros definidos no início do contrato, calculada com base no método de juros efetivos, assim como quaisquer mudanças na expectativa de fluxo de caixa, são registradas no resultado do exercício.

No momento da liquidação de um instrumento financeiro classificado como “disponível para venda”, as perdas ou os ganhos acumulados no patrimônio líquido são reconhecidos no resultado do exercício.

3.18.3 Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

3.18.4 Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado com base na taxa de juros efetiva.

Passivos financeiros

3.18.5 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados “ao valor justo por meio do resultado” quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro. O valor justo é determinado conforme descrito na NE nº 28.1.

3.18.6 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro bem como alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos



COPEL

Copel Distribuição S.A.



que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.18.7 Baixas de passivos financeiros

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas e canceladas ou quando liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.19 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

3.19.1 A Companhia como arrendadora

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão.

3.19.2 A Companhia como arrendatária

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear, pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

3.20 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira.

3.21 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo CPC. A Companhia está analisando o impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

- IAS 19 - Benefícios a Empregados;
- IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras;
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros;
- IFRS 13 - Mensuração de Valor Justo;
- IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação; e

- IAS 32 - Instrumentos Financeiros - Apresentação.

O efeito estimado da revisão do CPC 33/IAS 19, com a eliminação do diferimento das perdas e ganhos atuariais dos planos de pensão e saúde (método corredor), resultará no aumento do passivo atuarial em R\$ 101.377, tendo como contrapartida um aumento do ativo fiscal diferido em R\$ 34.468 e uma redução de R\$ 66.908 no patrimônio líquido da Companhia.

Quanto às demais emendas e novas normas listadas acima, a Companhia estima que suas adoções não trarão impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2012	31.12.2011
Caixa e bancos conta movimento	82.965	29.031
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.043.396	618.752
	1.126.361	647.783

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Tais aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações foram remuneradas em média à taxa de 100,75% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31.12.2012 e 101,0% em 31.12.2011.

5 Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Nível	Indexador	31.12.2012	31.12.2011
	NE nº 28.2			
Títulos disponíveis para venda				
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2	CDI	6.218	18.776
Operação Compromissada	2	CDI	55.051	10.529
Operação Compromissada	2	Selic	-	4.430
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	Selic	59.267	658
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	Pré-Fixada	61.190	-
Letras Financeiras Ligadas ao Banco do Brasil - LFBB	2	CDI	5.018	-
Letras Financeiras Ligadas à Caixa Econômica Federal - LF Caixa	2	CDI	3.307	-
			190.051	34.393
Títulos mantidos até o vencimento				
LF Caixa		CDI	4.474	-
			4.474	-
			194.525	34.393
		Circulante	158.837	33.735
		Não circulante	35.688	658

**COPEL****Copel Distribuição S.A.**

A Copel Distribuição possui títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 1 a 48 meses a partir do final do período de relatório. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício.

Entre os principais valores aplicados, estão:

Principais valores aplicados	31.12.2012	31.12.2011
Fundos exclusivos da Copel Distribuição no Banco do Brasil	101.056	-
Fundos exclusivos da Copel Distribuição na Caixa Econômica Federal	50.517	-
Garantia para Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	42.953	13.613
Garantias para leilões da Aneel	-	20.780

6 Cauções e Depósitos Vinculados

	31.12.2012	31.12.2011
Caução STN (6.1)	43.246	37.553
Caução CCEAR	34.289	-
Outros	4	5
	77.539	37.558
Circulante	34.293	5
Não circulante	43.246	37.553

6.1 Caução - Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Constituição de garantias sob forma de caução em dinheiro, destinadas a amortizar os valores de principal correspondentes aos *Discount Bond* e *Par Bond*, quando da exigência de tais pagamentos, em 11.04.2024 (NE 16.1). Os valores são atualizados mediante aplicação da média ponderada das variações percentuais dos preços do Bônus de Zero Cupom do Tesouro dos Estados Unidos da América, pela participação de cada série do instrumento na composição da carteira de garantias de principal, constituídas no contexto do Plano Brasileiro de Financiamento - 1992.

7 Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31.12.2012	31.12.2011
Consumidores					
Residencial	168.781	100.137	26.946	295.864	274.070
Industrial	83.005	43.788	20.130	146.923	126.859
Comercial	120.614	43.035	13.459	177.108	169.261
Rural	23.126	10.264	7.109	40.499	38.574
Poder público	22.769	15.741	10.954	49.464	44.729
Iluminação pública	17.510	125	143	17.778	19.497
Serviço público	17.591	16.718	179	34.488	30.905
Receita não faturada	330.326	-	-	330.326	288.095
Parcelamento de débitos	58.805	9.796	24.701	93.302	83.860
Subsídio baixa renda - Eletrobrás	4.694	-	-	4.694	31.734
Encargos moratórios sobre faturas energia	5.293	7.882	9.962	23.137	19.623
Governo do Paraná - luz fraterna	1.193	13.360	45.706	60.259	38.763
Outros créditos	13.013	3.569	9.825	26.407	21.192
	866.720	264.415	169.114	1.300.249	1.187.162
Concessionárias e permissionárias					
Suprimento de energia elétrica					
Contratos bilaterais	8.310	-	25	8.335	8.058
CCEE	-	-	14	14	14
	8.310	-	39	8.349	8.072
Encargos de uso da rede elétrica					
Rede elétrica	21.952	403	2.364	24.719	18.334
Rede básica e de conexão	-	-	3	3	3
	21.952	403	2.367	24.722	18.337
PCLD (7.1)	-	-	(106.897)	(106.897)	(76.880)
	896.982	264.818	64.623	1.226.423	1.136.691
Circulante	870.810	264.818	64.623	1.200.251	1.104.328
Não circulante	26.172	-	-	26.172	32.363

O prazo médio de recebimentos das vendas de energia para consumidores é 12 dias e de 10 dias para as concessionárias e permissionárias de suprimento de energia elétrica.

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****7.1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A Administração da Companhia considerou os seguintes valores como sendo suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos a receber:

	Saldo	Adições / (reversões)	Baixas	Saldo	Adições	Baixas	Saldo
	1º.01.2011			31.12.2011			31.12.2012
Consumidores, concessionárias e permissionárias							
Residencial	7.654	30.409	(9.110)	28.953	27.123	(16.847)	39.229
Industrial	39.775	(4.206)	(11.392)	24.177	7.134	(2.739)	28.572
Comercial	10.881	10.829	(2.244)	19.466	8.026	(3.480)	24.012
Rural	69	2.189	(453)	1.805	4.582	(861)	5.526
Poder público	1.453	906	-	2.359	6.957	-	9.316
Iluminação pública	155	(76)	-	79	50	-	129
Serviço público	2	39	-	41	72	-	113
	59.989	40.090	(23.199)	76.880	53.944	(23.927)	106.897

8 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná

Por meio do quarto termo aditivo, assinado em 21.01.2005, a Companhia renegociou, com o Governo do Estado do Paraná, o saldo da Conta de Resultados a Compensar - CRC, em 31.12.2004, no montante de R\$ 1.197.404, em 244 prestações recalculadas pelo sistema *price* de amortização, atualizado pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, e juros de 6,65% a.a., os quais são recebidos mensalmente, com vencimento da primeira parcela em 30.01.2005 e as demais com vencimentos subsequentes e consecutivos.

O Governo do Estado vem cumprindo o pagamento das parcelas renegociadas, conforme estabelecido no quarto termo aditivo. As amortizações são garantidas com recursos oriundos de dividendos.

8.1 Vencimento das parcelas de longo prazo

	31.12.2012	31.12.2011
2013	-	70.242
2014	80.979	74.914
2015	86.365	79.896
2016	92.109	85.209
2017	98.234	90.876
2018	104.767	96.920
2019	111.735	103.366
2020	119.166	110.240
2021	127.091	117.572
2022	135.543	125.391
2023	144.557	133.730
2024	154.171	142.624
2025	53.637	49.618
	1.308.354	1.280.598

8.2 Mutação do CRC

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante	Total
Em 1º.01.2011	58.816	1.282.377	1.341.193
Encargos	84.867	-	84.867
Variação monetária	1.020	63.063	64.083
Transferências	64.842	(64.842)	-
Amortizações	(143.683)	-	(143.683)
Em 31.12.2011	65.862	1.280.598	1.346.460
Encargos	85.001	-	85.001
Variação monetária	2.621	101.066	103.687
Transferências	73.310	(73.310)	-
Amortizações	(150.864)	-	(150.864)
Em 31.12.2012	75.930	1.308.354	1.384.284

9 Outros Créditos

	31.12.2012	31.12.2011
Ativo circulante		
Serviços em curso (9.1)	70.352	63.142
Adiantamento a empregados	18.978	7.034
Adiantamento para indenizações imobiliárias	4.900	2.628
Adiantamento a fornecedores	2.464	1.553
Outros créditos	29.992	20.673
	126.686	95.030
Ativo não circulante		
Serviços em curso (9.1)	3.936	-
Outros créditos	100	3.172
	4.036	3.172

9.1 Serviços em curso

Referem-se aos serviços em cursos da Companhia, em sua maioria referente aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

10 Tributos
10.1 Imposto de renda e contribuição social

	31.12.2012	31.12.2011
Ativo circulante		
IR e CSLL a compensar	160.559	385.137
IR e CSLL a compensar com o passivo	(124.691)	(297.653)
	35.868	87.484
Passivo circulante		
IR e CSLL a recolher	124.691	297.653
IR e CSLL a compensar com o ativo	(124.691)	(297.653)
	-	-

Os valores registrados como imposto de renda e contribuição social a compensar referem-se a antecipações e créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ, os quais são compensados com os respectivos impostos a pagar, conforme legislação tributária brasileira.

10.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia contabiliza imposto de renda diferido, calculado à alíquota de 15%, mais o adicional de 10%, e contribuição social diferida, calculada à alíquota de 9%.

10.2.1 Mutação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 1º.01.2011	Reconhe- cidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	Compensados com parcela- mento da dívida Lei nº 11.941	Saldo em 31.12.2011	Reconhe- cidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	Saldo em 31.12.2012
Ativo não circulante								
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	7.310	-	-	(7.310)	-	-	-	-
Planos previdenciário e assistencial	92.901	12.810	-	-	105.711	17.022	-	122.733
Regime tributário de transição - RTT								
Efeitos do ICPC 01 contratos de concessão	-	-	-	-	-	29.559	-	29.559
Outras adições temporárias								
Provisões para litígios	110.498	6.016	-	-	116.514	11.092	-	127.606
PSDV	107	8.251	-	-	8.358	24.073	-	32.431
Provisão para P&D e PEE	11.150	12.484	-	-	23.634	14.740	-	38.374
PCLD	20.807	5.742	-	-	26.549	10.494	-	37.043
Provisão para perdas tributárias	52	11.227	-	-	11.279	-	-	11.279
Provisão para compra de energia	-	91.518	-	-	91.518	(3.166)	-	88.352
Provisão para participação nos lucros e/ou resultados	-	11.918	-	-	11.918	(4.646)	-	7.272
Outros	2.440	839	-	-	3.279	1.371	-	4.650
	245.265	160.805	-	(7.310)	398.760	100.539	-	499.299
(-) Passivo não circulante								
Regime tributário de transição - RTT								
Efeitos do ICPC 01 contratos de concessão	29.921	32.145	(2.476)	-	59.590	(55.131)	(4.459)	-
Efeitos do CPC 38 instrumentos financeiros	-	3.008	-	-	3.008	3.387	633	7.028
Outras exclusões temporárias								
Capitalização encargos financeiros	2.642	817	-	-	3.459	-	-	3.459
	32.563	35.970	(2.476)	-	66.057	(51.744)	(3.826)	10.487
Líquido	212.702	124.835	2.476	(7.310)	332.703	152.283	3.826	488.812

10.2.2 Realização dos créditos fiscais diferidos

O crédito fiscal oriundo do plano previdenciário e assistencial foi calculado sob a provisão atuarial apurada por avaliação atuarial preparada anualmente por atuário independente, em conformidade com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 600/09. Os tributos diferidos sobre as demais provisões para litígios serão realizados em virtude das decisões judiciais.

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

O Conselho Fiscal examinou e o Conselho de Administração da Controladora aprovou o estudo técnico elaborado pela sua Diretoria de Finanças, Relações com Investidores, referente à projeção futura de lucratividade, no qual se evidencia a realização dos impostos diferidos. Conforme estimativa de lucros tributáveis futuros, a realização dos impostos diferidos está apresentada a seguir:

**COPEL****Copel Distribuição S.A.**

2013	198.424
2014	55.610
2015	36.359
2016	59.693
2017	30.556
2018 a 2020	61.013
2021 a 2023	23.011
após 2023	24.146
	488.812

10.3 Outros tributos a recuperar e a recolher

	31.12.2012	31.12.2011
Ativo circulante		
ICMS a recuperar (10.3.1)	29.481	35.796
PIS/Pasep e Cofins a compensar	43.695	54.923
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o passivo	(41.716)	(45.848)
	31.460	44.871
Ativo não circulante		
ICMS a recuperar (10.3.1)	60.652	64.816
Outros tributos a compensar	11	11
	60.663	64.827
Passivo circulante		
ICMS a recolher	201.925	186.284
PIS/Pasep e Cofins a recolher	41.716	45.848
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o ativo	(41.716)	(45.848)
Programas de Recuperação Fiscal (10.3.2)	-	9.594
IRRF sobre JSCP	-	12.580
Outros tributos	3.405	5.670
	205.330	214.128

10.3.1 ICMS a recuperar

Os saldos apresentados como ICMS a recuperar referem-se principalmente a créditos decorrentes de aquisição de bens para o ativo imobilizado, instituído pela Lei Complementar nº 87/96, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48, conforme determina a Lei Complementar nº 102/00.

10.3.2 Programas de recuperação fiscal

	Valor da dívida	Benefícios Lei nº 11.941	Prejuízo Fiscal	Juros Selic	Valor da dívida quitado
Lei nº 11.941/09					
IRPJ	43.256	(8.898)	(3.123)	3.356	34.591
CSLL	5.925	(1.460)	(428)	634	4.671
Cofins	43.198	(9.633)	(3.118)	3.550	33.997
PIS/Pasep	8.893	(1.992)	(642)	395	6.654
	101.272	(21.983)	(7.311)	7.935	79.913

Os efeitos no resultado de 2012, contabilizados em despesas financeiras, são de R\$ 170.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



Parcelamento - Lei nº 11.941/09

Foram incluídos no referido parcelamento débitos fiscais referentes a IRPJ e CSLL de fevereiro de 2004, e ao IRPJ de dezembro de 2007, março e abril de 2008, os quais somam R\$ 49.181. Tais tributos foram quitados, em suas respectivas competências, através de Declarações de Compensação - Dcomp que não foram homologadas pela RFB. Ainda no mesmo parcelamento, foram incluídos débitos relativos à revisão da base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins dos anos de 2005 a 2008, que após consolidação passaram a ser de R\$ 52.091. Os benefícios da redução dos encargos moratórios, trazidos pela Lei 11.941/09, na modalidade de pagamento de 30 parcelas, resultaram em R\$ 21.983. Na consolidação da dívida perante a RFB, foram utilizados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL para a quitação de parte dos encargos moratórios, no montante de R\$ 7.311.

Com isso, o total da dívida da Copel Distribuição incluída no parcelamento foi R\$ 71.978, que, somado a R\$ 7.935, referente aos juros Selic, conforme instrui o § 3º do art. 3º da referida Lei e consideradas as parcelas pagas mensalmente, totaliza R\$ 79.913. O parcelamento encontra-se quitado desde 30.04.2012.

10.4 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2012	31.12.2011
Lucro antes do IRPJ e CSLL	(71.012)	708.704
IRPJ e CSLL (34%)	24.144	(240.959)
Efeitos fiscais sobre:		
Juros sobre o capital próprio	3.022	66.478
Despesas indedutíveis	(2.430)	(3.990)
Incentivos fiscais	2.597	5.629
Outros	259	24
IRPJ e CSLL correntes	(124.691)	(297.653)
IRPJ e CSLL diferidos	152.283	124.835
Alíquota efetiva - %	38,9%	24,4%

11 Depósitos Judiciais

	31.12.2012	31.12.2011
Fiscais	74.692	2.773
Trabalhistas	77.968	64.248
Cíveis		
Fornecedores	95.558	92.853
Cíveis	22.517	20.953
Servidões de passagem	724	211
Consumidores	2.056	1.929
	120.855	115.946
Outros	3.026	3.027
	276.541	185.994

A variação no saldo de depósitos judiciais fiscais refere-se principalmente ao depósito efetuado pela Copel Distribuição, objetivando anular o auto de infração nº 6432974-0, lavrado pelo Estado do Paraná, exigindo o recolhimento do ICMS sobre a subvenção econômica tarifária dos consumidores enquadrados na subclasse residencial baixa renda.

12 Contas a Receber Vinculadas à Concessão

12.1 Mutação das contas a receber vinculadas à concessão

Saldos	Ativo não circulante	Obrigações especiais ⁽¹⁾ não circulante	Total
Em 1º.01.2011	3.064.005	(1.426.117)	1.637.888
Capitalizações do intangível em curso	613.284	(93.173)	520.111
Ajuste de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda	(7.282)	-	(7.282)
Variação monetária	173.216	(72.835)	100.381
Baixas	(25.895)	-	(25.895)
Em 31.12.2011	3.817.328	(1.592.125)	2.225.203
Capitalizações do intangível em curso	405.521	(57.916)	347.605
Transferências do intangível em serviço - remensuração conforme Resolução 474/2012 (NE nº 13)	136.658	(53.245)	83.413
Ajuste de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda	(13.116)	-	(13.116)
Variação monetária	276.041	(110.467)	165.574
Atualização do valor justo	(303.084)	(98.020)	(401.104)
Baixas	(24.313)	-	(24.313)
Em 31.12.2012	4.295.035	(1.911.773)	2.383.262

⁽¹⁾ NE 13.1

12.2 Contas a receber vinculadas à concessão - Distribuição

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica das Companhias, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12 e SIC 29 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo: (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão, classificada como ativo financeiro por ser direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente; e (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, nesse caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide NE nº 13).



COPEL

Copel Distribuição S.A.



A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível, é recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber: (a) uma parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) outra parte como indenização dos bens reversíveis, no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Tal indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A parcela dos juros, definidos no início do contrato, calculada com base no método de juros efetivos, assim como quaisquer mudanças na expectativa de fluxo de caixa, são registradas no resultado do exercício.

A variação do valor justo, proveniente da diferença entre a taxa de juros de mercado e a taxa de juros efetiva, é registrada diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, como ajuste de avaliação patrimonial, sem transitar pelo resultado do exercício. No momento da liquidação de um instrumento financeiro classificado como “disponível para venda”, as perdas ou os ganhos acumulados no patrimônio líquido são reconhecidos no resultado do exercício. Considerando que o atual cenário regulatório não prevê alterações na forma de remuneração, a Administração da Companhia não identificou variações entre a taxa de juros efetiva e a taxa de juros de mercado para o exercício findo em 31.12.2012.

Processo de revisão tarifária na Copel Distribuição

O processo de revisão tarifária teve seu início com a fiscalização da Aneel em novembro de 2011 dos investimentos realizados pela concessionária relativos ao período incremental de maio de 2008 a dezembro de 2011.

Após análise dos relatórios recebidos, a Copel Distribuição identificou diversos ajustes que no seu entendimento seriam necessários, promovendo várias ações junto a Aneel na tentativa de conseguir, por meio das fundamentações apresentadas, com relação ao seu modelo construtivo e à condução das apropriações dos custos realizados, que a Aneel reconsiderasse sua posição inicial. Alguns desses pleitos foram acatados pela Agência e já refletidos na versão homologada pela Aneel. Entretanto, a Copel por meio de processo administrativo continua argumentando com a Aneel alguns efeitos decorrentes do processo de revisão.

No entendimento da Companhia, alguns procedimentos adotados durante o processo de revisão tarifária divergem da metodologia proposta pelos Procedimentos de Regulação Tarifária - Proret, do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, bem como, do modelo construtivo adotado pela concessionária.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



Embora a Aneel não tenha manifestado seu julgamento referente ao recurso interposto pela Copel Distribuição, acerca dos valores da Base de Remuneração e outros itens, foi homologada em audiência pública a nova tarifa a ser aplicada a partir de 24.06.2012.

No entendimento da Administração, apesar da Aneel instituir nova BRR, restam ainda processos administrativos não conclusos e que estão sendo administrados junto ao Órgão Regulador.

Diante desse cenário, a Administração avaliou os efeitos decorrentes do processo de revisão tarifária, registrando no 2º trimestre a baixa de R\$ 152.416 referentes às atualizações estimadas e não realizadas dos fluxos de caixa deste ativo, que líquido de efeitos tributários totaliza R\$ 100.595. Esse valor adicionado aos efeitos das mudanças das taxas de depreciação vigentes, a partir de 1º.01.2012, e registrados no 1º trimestre, na ordem de R\$ 42.569 (R\$ 28.095 líquidos de tributos) totaliza uma baixa de R\$ 194.985 reconhecida no resultado no 1º semestre (R\$ 128.690 líquidos de tributos).

Conforme definido nos Proret em agosto de 2012, a Companhia realizou nos sistemas de informação a carga individualizada da reavaliação regulatória dos ativos e de obrigações especiais, resultantes dos efeitos do processo do 3º ciclo de revisão tarifária periódica. Ao realizar a individualização dos valores por ativo, identificou-se a necessidade de ajuste no saldo da conta de obrigações especiais vinculadas a concessão, bem como o reconhecimento dos juros correspondentes a tal ajuste, no montante de R\$ 51.006.

Os efeitos da decisão homologada pela Aneel em 19.06.2012, por meio da Resolução Homologatória nº 1.296, em sua base de remuneração regulatória, ainda sujeitos a recursos administrativos, interpostos antes e depois da homologação acima, foram revistos pela Companhia, em razão do histórico das homologações realizadas pelo Agente Regulador referente ao 3º ciclo de revisão tarifária, bem como a política adotada pelo Poder Concedente, pela Lei 12.783 de 11.01.2013 (MP 579). Adicionalmente, não se confirmou a expectativa de antecipação de renovação da concessão conforme entendimentos preliminares quando da publicação da MP 579/2011. Diante deste contexto, em 31.12.2012, a Administração da Companhia reavaliou sua estimativa de mensuração do ativo financeiro em eventual recebimento do valor dos investimentos dos bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados quando do término do contrato de concessão, apontando a necessidade de reduzir no saldo desse ativo o montante de R\$ 155.111, que líquido dos efeitos tributários perfazem R\$ 102.373.

O resultado da revisão da Copel Distribuição está detalhado na Nota Técnica 173/2012, disponível no *site* da Aneel.

**13 Intangível**

	Contrato de concessão	Amortização acumulada ⁽¹⁾	31.12.2012	Contrato de concessão	Amortização acumulada ⁽¹⁾	31.12.2011
Em serviço	3.713.620	(3.113.508)	600.112	3.783.331	(2.895.710) ⁽¹⁾	887.621
Em curso	898.361	-	898.361	599.794	-	599.794
Obrigações Especiais (13.1)	(404.375)	211.651	(192.724)	(407.556)	166.655	(240.901)
	4.207.606	(2.901.857)	1.305.749	3.975.569	(2.729.055)	1.246.514

⁽¹⁾ Amortização pelo período de concessão

Mutação do intangível

Saldos	Contrato de concessão				Total
	em serviço	em curso	Obrigações especiais em serviço	Obrigações especiais em curso	
Em 1º.01.2011	999.295	583.261	(229.032)	(64.545)	1.288.979
Programa de investimentos	-	790.285	-	-	790.285
Participação financeira do consumidor	-	-	-	(94.396)	(94.396)
Capitalizações para contas a receber vinculadas à concessão	-	(613.284)	-	93.173	(520.111)
Capitalizações para intangível em serviço	152.515	(152.515)	(25.311)	25.311	-
Quotas de amortização-concessão	(244.769)	-	50.800	-	(193.969)
Quotas de amortização - créditos de PIs/Pasep e Cofins	(14.928)	-	3.099	-	(11.829)
Transferências de investimentos - bens destinados a uso futuro	13	-	-	-	13
Baixas	(4.505)	(7.953)	-	-	(12.458)
Em 31.12.2011	887.621	599.794	(200.444)	(40.457)	1.246.514
Programa de investimentos	-	809.043	-	-	809.043
Participação financeira do consumidor	-	-	-	(107.980)	(107.980)
Transferências para contas a receber vinculadas à concessão - remensuração Res. nº 474/2012	(136.658)	-	53.245	-	(83.413)
Capitalizações para contas a receber vinculadas à concessão (NE 12.1)	-	(405.521)	-	57.916	(347.605)
Capitalizações para intangível em serviço	101.388	(101.388)	(6.773)	6.773	-
Quotas de amortização - concessão	(235.053)	-	42.709	-	(192.344)
Quotas de amortização - créditos de PIs/Pasep e Cofins	(12.544)	-	2.287	-	(10.257)
Baixas	(4.642)	(3.567)	-	-	(8.209)
Em 31.12.2012	600.112	898.361	(108.976)	(83.748)	1.305.749

O ativo intangível da concessão representa o direito de exploração dos serviços de construção, bem como prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica que será recuperado por meio do consumo e conseqüente faturamento aos consumidores.

A Aneel estabelece a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis, no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens, aceita pelo mercado dessa indústria.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Copel Distribuição, com expectativa de amortização durante o prazo da concessão.

O valor residual de cada bem, que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão, está alocado como contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 12).

Em função da mudança de vida útil estabelecida pela Aneel, por meio da Resolução Normativa nº 474 de 07.02.2012, houve redução do Ativo Intangível de R\$ 83.413, transferido para o ativo financeiro da concessão.

13.1 Obrigações especiais

As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à concessão.

As obrigações especiais não são passivos onerosos e não são créditos do acionista.

O prazo esperado para liquidação dessas obrigações era a data de término da concessão. Com a Resolução Normativa Aneel nº 234/06, alterada pela Resolução Normativa Aneel nº 338/08, que estabelece os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais, para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, a característica dessas obrigações sofreu modificação. Tanto o saldo quanto as novas adições passaram a ser amortizados contabilmente a partir de 1º.07.2008, conforme Despacho Aneel nº 3.073/06 e Ofício Circular nº 1.314/07. A amortização é calculada utilizando a mesma taxa média da atividade de distribuição.

De acordo com a regulamentação da Aneel, as obrigações especiais devem ser registradas no balanço como um redutor do total do ativo intangível e financeiro. O saldo de obrigações especiais que consta no intangível será amortizado durante o prazo da concessão.

13.2 Valor de recuperação do ativo intangível (vida útil definida)

Apesar de não haver indicadores de perda de recuperação, a Companhia apurou o valor de recuperação dos seus ativos intangíveis com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- o crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e



COPEL

Copel Distribuição S.A.



- a taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, referenciada pelo órgão regulador e aprovada pela Administração da Companhia.

O valor recuperável desses ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

13.3 Universalização e Programa Luz para Todos

A Aneel estabeleceu condições gerais para a Universalização do Acesso ao Serviço Público de Energia Elétrica por meio da Lei nº 10.438, de 26.04.2002, alterada pela Lei nº 10.762, de 11.11.2003, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kV), com carga instalada de até 50 kW. A Resolução Aneel nº 223, de 29.04.2003, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica, e foi alterada pela Resolução Aneel nº 52, de 25.03.2009. Norteador o processo de revisão dos Planos de Universalização, a Agência Reguladora emitiu a Resolução Aneel nº 175, de 28.11.2005, alterada pela Resolução Aneel nº 365, de 19.05.2009.

O Decreto nº 4.873, de 11.11.2003, instituiu o Programa Nacional do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos, destinado a propiciar atendimento com energia elétrica à parcela da população do meio rural, voltada à agricultura familiar, que ainda não possui acesso a esse serviço público. O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia - MME e operacionalizado com a participação da Eletrobras. No caso do Paraná, o Ministério é representado pela Eletrosul, e os participantes são o Governo do Estado do Paraná e a Copel. Além disso, o Programa se integra aos diversos programas sociais e de desenvolvimento rural implementados pelo Governo Federal e pelos Estados, para assegurar que o esforço de eletrificação do campo resulte em incremento da produção agrícola, fixando e dando condições melhores de vida ao homem do campo, em aumento de renda e inclusão social da população beneficiada. O Programa foi prorrogado até 31.12.2011 por meio do Decreto nº 7.324, de 05.10.2010, e reeditado por meio do Decreto nº 7.520, de 08.07.2011, com vigência até 2014. Para esta nova edição do Programa, o MME definiu a meta de 4000 ligações para os anos de 2012 e 2013 cujos Termo de Compromisso e contrato de financiamento serão assinados em 2013.

Em 2012, foram realizadas 590 ligações, e foram iniciadas as obras para atendimento às comunidades isoladas por meio de cabos especiais e sistemas fotovoltaicos que beneficiarão mais de 500 famílias em 2013. Com isso, a Copel Distribuição suplanta a marca de 76.500 ligações desde o início do Programa.

Foram firmados com a Eletrobras quatro contratos de financiamento e concessão de subvenção, no total de R\$ 278.152. Os dois primeiros contratos já se encerraram, continuando em vigência apenas o contrato ECFS nº 206/07, do qual já foram liberados R\$ 88.501 sendo R\$ 75.858 com recursos RGR e R\$ 12.643 com recursos de CDE do total de R\$ 109.642 previstos, e contrato ECFS 273/09, do qual já foram liberados R\$ 19.183, sendo R\$ 16.443 com recursos RGR e R\$ 2.740 com recursos de CDE, do total de R\$ 63.930 previstos.

**COPEL****Copel Distribuição S.A.**

A composição total dos investimentos previstos nos contratos assinados para o Programa é a seguinte:

Origem	R\$	Participação
Governo Federal - subvenção CDE	62.882	19%
Governo do Estado do Paraná	33.002	10%
Financiamento RGR	168.129	51%
Agente executor - Copel	66.007	20%
Total do programa	330.020	100%

Até dezembro de 2012, o valor total investido no Programa Luz para Todos era de R\$ 361.711.

14 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31.12.2012	31.12.2011
Obrigações Sociais		
Impostos e contribuições sociais	39.845	25.838
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	21.887	15.657
	61.732	41.495
Obrigações trabalhistas		
Folha de pagamento, líquida	1.750	18
Férias	62.821	49.963
Participação nos lucros e/ou resultados	21.389	35.125
Desligamentos voluntários	95.387	24.582
Consignações a favor de terceiros	49	1
	181.396	109.689
	243.128	151.184

15 Fornecedores

	31.12.2012	31.12.2011
Energia elétrica	487.141	341.335
Materiais e serviços	141.174	126.834
Encargos de uso da rede elétrica	66.588	63.018
	694.903	531.187

15.1 Principais contratos de compra de energia

Contratos de compra de energia firmados em ambiente regulado, apresentados pelo valor original e reajustados anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA:

**COPEL****Copel Distribuição S.A.**

	Período de suprimento	Energia comprada (MWh médio anual)	Data do leilão	Preço médio de compra (R\$/MWh)
Leilão de energia existente				
1º Leilão - Produto 2005	2005 a 2012	933,72	07.12.2004	57,51
1º Leilão - Produto 2006	2006 a 2013	452,34	07.12.2004	67,33
1º Leilão - Produto 2007	2007 a 2014	11,55	07.12.2004	75,46
2º Leilão - Produto 2008	2008 a 2015	69,02	02.04.2005	83,13
4º Leilão - Produto 2009	2009 a 2016	44,13	11.10.2005	94,91
5º Leilão - Produto 2007	2007 a 2014	157,17	14.12.2006	104,74
11º Leilão Ajuste P-12M	Jan a Dez 2012	26,89	30.09.2011	73,63
		1.694,82		
Leilão de energia nova				
1º Leilão - Produto 2008 Hidro	2008 a 2037	3,61	16.12.2005	106,95
1º Leilão - Produto 2008 Termo	2008 a 2022	25,56	16.12.2005	132,26
1º Leilão - Produto 2009 Hidro	2009 a 2038	3,26	16.12.2005	114,28
1º Leilão - Produto 2009 Termo	2009 a 2023	41,59	16.12.2005	129,26
1º Leilão - Produto 2010 Hidro	2010 a 2039	66,31	16.12.2005	114,57
1º Leilão - Produto 2010 Termo	2010 a 2024	64,30	16.12.2005	121,81
3º Leilão - Produto 2011 Hidro	2011 a 2040	57,66	10.10.2006	120,86
3º Leilão - Produto 2011 Termo	2011 a 2025	54,22	10.10.2006	137,44
4º Leilão - Produto 2010 Termo	2010 a 2024	15,65	26.07.2007	134,64
5º Leilão - Produto 2012 Hidro	2012 a 2041	52,50	16.10.2007	129,14
5º Leilão - Produto 2012 Termo	2012 a 2026	74,77	16.10.2007	128,37
6º Leilão - Produto 2011 Termo	2011 a 2025	15,48	17.09.2008	128,42
7º Leilão - Produto 2013 Hidro	2013 a 2042	12,24	30.09.2008	98,98
7º Leilão - Produto 2013 Termo	2013 a 2027	303,99	30.09.2008	145,23
Santo Antonio	2012 a 2041	106,00	10.12.2007	78,87
Jirau	2013 a 2042	141,51	19.05.2008	71,37
		1.038,65		

16 Empréstimos e Financiamentos

	Principal	Encargos	31.12.2012 Total	Passivo circulante		Passivo não circulante	
				31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012
Moeda estrangeira							
STN (16.1)	2.737	574	3.311	4.484	56.029	53.943	
Eetrobrás	6	-	6	6	5	12	
	2.743	574	3.317	4.490	56.034	53.955	
Moeda nacional							
Banco do Brasil (16.2)	115.317	28.512	143.829	211	457.543	552.496	
Eetrobrás (16.3)	17.070	572	17.642	12.918	96.364	102.156	
	132.387	29.084	161.471	13.129	553.907	654.652	
	135.130	29.658	164.788	17.619	609.941	708.607	

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****16.1 Secretaria do Tesouro Nacional - STN**

Tipo de bônus	Nº de parcelas	Vencimento final	Amortização	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	31.12.2012	31.12.2011	
<i>Debt Conversion Bond</i>	17	12.04.2012	semestral	Libor semestral+0,8750%+0,20%	14.012	-	1.412	
<i>Capitalization Bond</i>	21	10.04.2014	semestral	8,0% + 0,20%	12.225	4.180	6.392	
<i>Par Bond</i>	1	11.04.2024	única	6,0% + 0,20%	17.315	22.548	29.935	
<i>Discount Bond</i>	1	11.04.2024	única	Libor semestral+0,8125%+0,20%	12.082	32.612	20.688	
						59.340	58.427	
						Circulante	3.311	4.484
						Não circulante	56.029	53.943

Data da emissão: 20.05.1998

Garantias:

Conta corrente bancária centralizadora da arrecadação das receitas. Nos bônus *Par Bond* e *Discount Bond* existem garantias depositadas nos valores de R\$ 25.426 e R\$ 17.820 (R\$ 22.076 e R\$ 15.477 em 31.12.2011), respectivamente (NE nº 6).

Observação:

Reestruturação da dívida da Controladora referente aos financiamentos sob amparo da Lei nº 4.131/62.

16.2 Banco do Brasil S.A.

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	31.12.2012	31.12.2011	
Lei 8.727/93 (a)	30.03.1994	240	1º.03.2014	TJLP e IGP-M + 5,098%	28.178	298	487	
21/02155-4 (b)	10.09.2010	3	15.08.2015	98,5% da taxa média do CDI	350.000	430.932	396.295	
21/02248-8 (c)	22.06.2011	1	1º.06.2015	99,5% da taxa média do CDI	150.000	170.142	155.925	
						601.372	552.707	
						Circulante	143.829	211
						Não circulante	457.543	552.496

Prestações anuais:

Juntamente com os juros proporcionais às parcelas; a primeira no valor de R\$ 116.666, vencível em 25.08.2013 e as demais no valor de R\$ 116.667, vencíveis em 11.07.2014 e 15.08.2015: (b)

Destinação:

Renegociação de dívida com a União: (a)

Capital de giro: (b) (c)

Garantias:

Receita própria: (a)

Penhor de duplicatas mercantis de até 360 dias: (b) (c)



COPEL

Copel Distribuição S.A.



16.3 Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	31.12.2012	31.12.2011	
980/95 (a)	22.12.1994	80	15.11.2018	8,0%	11	16	19	
981/95 (b)	22.12.1994	80	15.08.2019	8,0%	1.169	441	506	
982/95 (c)	22.12.1994	80	15.02.2020	8,0%	1.283	166	190	
983/95 (d)	22.12.1994	80	15.11.2020	8,0%	11	205	230	
984/95 (e)	22.12.1994	80	15.11.2020	8,0%	14	87	98	
985/95 (f)	22.12.1994	80	15.08.2021	8,0%	61	53	59	
002/04 (g)	07.06.2004	120	30.07.2016	8,0%	30.240	4.059	5.049	
142/06 (h)	11.05.2006	120	30.09.2018	5,0% + 1,0%	74.340	21.333	24.562	
206/07 (i)	03.03.2008	120	30.08.2020	5,0% + 1,0%	109.642	69.350	65.745	
273/09 (j)	18.02.2010	120	30.12.2022	5,0% + 1,0%	63.944	16.525	16.443	
2540/06 (k)	12.05.2009	60	30.10.2016	5,0% + 1,5%	2.844	1.771	2.173	
						114.006	115.074	
						Circulante	17.642	12.918
						Não circulante	96.364	102.156

Destinação:

Programa Nacional de Irrigação - Proni: (a) (b) (c) (d) (e) (f)

Programa de Eletrificação Rural - Luz para Todos: (g) (h) (i) (j)

Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - Reluz: cobertura de 75% do custo total do município de Ponta Grossa /PR: (k)

Garantias:

Representada pela receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público, e na emissão de notas promissórias em igual número das parcelas a vencer.

Observação:

Final da carência em 30.12.2012 (j)

16.4 Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador

	Variação da moeda estrangeira e indexadores acumulada no período (%)		Composição dos empréstimos			
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	%	31.12.2011	%
Moeda estrangeira						
Dólar norte-americano	8,94	12,56	59.351	7,66	58.445	8,05
			59.351	7,66	58.445	8,05
Moeda nacional						
TJLP	5,75	6,00	14	-	12	-
IGP-M	7,81	5,10	284	0,03	475	0,07
Ufir	0,00	0,00	114.006	14,72	115.074	15,85
CDI	(36,52)	2,17	601.074	77,59	552.220	76,03
			715.378	92,34	667.781	91,95
			774.729	100,00	726.226	100,00
			Circulante		17.619	
			Não circulante		708.607	
			164.788			
			609.941			

**16.5 Vencimentos das parcelas de longo prazo**

	Moeda estrangeira	Moeda nacional	31.12.2012	31.12.2011
2013	-	-	-	150.162
2014	1.374	159.298	160.672	147.991
2015	-	329.978	329.978	301.779
2016	-	15.333	15.333	14.019
2017	-	14.316	14.316	13.001
2018	-	13.406	13.406	12.092
2019	-	10.658	10.658	9.344
2020	-	7.625	7.625	6.749
2021	-	1.649	1.649	1.649
2022	-	1.644	1.644	1.644
2024	54.660	-	54.660	50.177
	56.034	553.907	609.941	708.607

16.6 Mutação de empréstimos e financiamentos

	Moeda estrangeira		Moeda nacional		Total
	circulante	não circulante	circulante	não circulante	
Em 1º.01.2011	5.283	51.412	12.667	474.299	543.661
Ingressos	-	-	-	152.219	152.219
Encargos	2.524	-	2.325	50.143	54.992
Variação monetária e cambial	659	5.912	13	19	6.603
Transferências	3.369	(3.369)	22.028	(22.028)	-
Amortização - principal	(3.123)	-	(12.589)	-	(15.712)
Pagamento - encargos	(4.222)	-	(11.315)	-	(15.537)
Em 31.12.2011	4.490	53.955	13.129	654.652	726.226
Ingressos	-	-	-	11.193	11.193
Encargos	2.738	-	11.148	44.892	58.778
Variação monetária e cambial	163	4.712	10	17	4.902
Transferências	2.633	(2.633)	156.847	(156.847)	-
Amortização - principal	(2.302)	-	(12.686)	-	(14.988)
Pagamento - encargos	(4.405)	-	(6.977)	-	(11.382)
Em 31.12.2012	3.317	56.034	161.471	553.907	774.729

16.7 Cláusulas contratuais restritivas

A Companhia contratou empréstimos com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, bem como outras condições a serem observadas, tais como, sem prévia e expressa autorização: não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o mínimo obrigatório, em caso de algum inadimplemento; e não ter o seu controle acionário alterado. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas.

Em 31.12.2012, todas as condições foram analisadas e indicam pleno atendimento dos parâmetros previstos nos contratos.

17 Debêntures

Debêntures 1ª emissão	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento 1ª parcela	2ª parcela	Encargos financeiros a.a. (juros)	Valor do contrato	31.12.2012	
Série única	30.10.2012	2	30.10.2016	30.10.2017	DI + Spread 0,99% a.a.	1.000.000	1.010.677	
							1.010.677	
							Circulante	12.719
							Não circulante	997.958

Características:

Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, no valor mínimo de R\$ 1.000.000.

Foram emitidos 100.000 títulos com valor unitário de R\$ 10.

O valor unitário das debêntures não será atualizado monetariamente.

Encargos financeiros:

Remunerados com juros correspondentes a variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros-DI de um dia, extragrupo, na forma percentual, acrescida de um *spread* ou sobre taxa de 0,99% a.a., pagos semestralmente em abril e outubro.

Destinação:

Capital de giro e/ou realização de investimentos da emissora.

Garantias:

Fidejussória

Interveniente garantidora:

Companhia Paranaense de Energia - Copel

Agente fiduciário:

C&D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

17.1 Mutação das debêntures

	Moeda nacional		Total
	circulante	não circulante	
Em 31.12.2011	-	-	-
Ingressos	-	1.000.000	1.000.000
Encargos	14.858	(2.042)	12.816
Pagamento - encargos	(2.139)	-	(2.139)
Em 31.12.2012	12.719	997.958	1.010.677



COPEL

Copel Distribuição S.A.



17.2 Cláusulas contratuais restritivas

A Companhia emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como: alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos Debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos Debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% para a Copel Holding e 30% para a Copel Distribuição, caso estejam em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atendam aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das debêntures.

Em 31.12.2012, todas as condições foram analisadas e indicam pleno atendimento dos parâmetros previstos nos contratos.

18 Benefícios Pós-Emprego

A Companhia patrocina planos de complementação de aposentadoria e pensão (Planos Previdenciários I, II e III) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial), para seus empregados ativos e pós-emprego e seus dependentes legais.

18.1 Plano de benefício previdenciário

Os planos previdenciários I e II são planos de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo, e o plano previdenciário III é um plano de Contribuição Definida - CD.

As parcelas de custos, assumidas pelas patrocinadoras desses planos, são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 600/09, que aprovou e tornou obrigatório para as companhias abertas o CPC 33/IAS 19 e IFRIC 14, que trata de benefícios a empregados, correlacionada à norma contábil internacional IAS 19. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da patrocinadora.

18.2 Plano de benefício assistencial

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos em regulamentos específicos. A cobertura inclui exames médicos periódicos e é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente.

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****18.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício**

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	31.12.2012	31.12.2011
Plano previdenciário (18.1)	611	9.597
Plano assistencial (18.2)	360.977	310.914
	361.588	320.511
Circulante	18.004	24.612
Não circulante	343.584	295.899

Os valores reconhecidos no demonstrativo de resultado estão resumidos a seguir:

	31.12.2012	31.12.2011
Plano previdenciário (CD)	34.966	33.035
Plano assistencial - pós-emprego	65.461	49.147
Plano assistencial	33.991	26.412
	134.418	108.594
(-) Apropriação no imobilizado e intangível em curso	(8.231)	(4.360)
	126.187	104.234

Mutação de benefícios pós-emprego

Saldos	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Em 1º.01.2011	16.811	262.728	279.539
Apropriação do cálculo atuarial	-	49.147	49.147
Contribuições previdenciárias e assistenciais	59.447	-	59.447
Transferências	15.976	(15.976)	-
Amortizações	(67.622)	-	(67.622)
Em 31.12.2011	24.612	295.899	320.511
Apropriação do cálculo atuarial	-	65.461	65.461
Contribuições previdenciárias e assistenciais	68.957	-	68.957
Transferências	17.776	(17.776)	-
Amortizações	(93.341)	-	(93.341)
Em 31.12.2012	18.004	343.584	361.588

18.4 Avaliação atuarial de acordo com a Deliberação da CVM nº 600/09**18.4.1 Premissas atuariais**

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2012 e 2011, estão demonstradas a seguir:



COPEL

Copel Distribuição S.A.



	2012		2011	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Econômicas				
Inflação a.a.	-	5,35%	-	5,20%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.				
Planos de benefícios previdenciários	3,34%	8,87%	5,39%	10,87%
Planos de benefícios assistenciais	3,83%	9,39%	5,39%	10,87%
Crescimento salarial a.a.	2,00%	7,46%	2,00%	7,30%
Demográficas				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		AT - 83		AT - 83
Tábua de entrada em invalidez		Light M		Light M

18.4.2 Expectativa de vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)

	Plano BD	Plano CD
Em 31.12.2012		
Participantes aposentados	18,00	25,30
Participantes pensionistas	21,30	33,80
Em 31.12.2011		
Participantes aposentados	21,50	26,19
Participantes pensionistas	23,06	31,46

A idade média dos participantes inativos dos planos de aposentadoria e assistência médica da Companhia é de 64 anos.

18.4.3 Avaliação atuarial

Planos de benefícios definidos	Plano previdenciário	Plano assistencial	Total
			31.12.2012
Obrigações total ou parcialmente cobertas	2.697.218	559.528	3.256.746
Valor justo dos ativos do plano	(3.009.518)	(98.351)	(3.107.869)
Estado de cobertura do plano	(312.300)	461.177	148.877
Ganhos/perdas atuariais diferidos	-	(101.377)	(101.377)
Ativo não reconhecido	312.300	-	312.300
Total do passivo	-	359.800	359.800

Até o final deste exercício, os ganhos ou perdas atuariais motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais foram reconhecidos seguindo a regra do corredor, ou seja, os ganhos e perdas somente foram reconhecidos na extensão que superassem 10% dos ativos do plano ou 10% do passivo de benefício a empregados projetado acumulado. A partir de 01 de janeiro de 2013, com as alterações introduzidas através do CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionado a Norma Internacional de Contabilidade - IAS 19 *Employee Benefits* (IASB - BV 2012), aprovado pela Deliberação CVM nº 695, os ganhos e perdas atuariais deverão ser reconhecidos em outros resultados abrangentes retrospectivamente (vide nota 3.21).

**COPEL****Copel Distribuição S.A.**

A avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

18.4.4 Movimentação do passivo atuarial

	Plano previdenciário	Plano assistencial
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2012	2.611.994	384.450
Custo de serviço	226	1.608
Custo dos juros	235.031	56.790
Benefícios pagos	(169.127)	(8.484)
(Ganhos) / perdas atuariais	19.094	125.164
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2012	2.697.218	559.528

18.4.5 Movimentação do ativo atuarial

	Plano previdenciário	Plano assistencial
Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2012	2.732.922	82.856
Retorno esperado dos ativos	289.183	9.512
Contribuições e aportes	18.869	-
Benefícios pagos	(169.128)	(8.484)
Ganhos / (perdas) atuariais	137.672	14.467
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2012	3.009.518	98.351

18.4.6 Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2013, segundo critérios atuariais da Deliberação CVM nº 695/12, para cada plano, estão demonstrados a seguir:

	Plano previdenciário	Plano assistencial	Total
			2013
Custo do serviço corrente	440	8.516	8.956
Custo estimado dos juros	162.410	38.332	200.742
Rendimento esperado do ativo do plano	(256.826)	(8.679)	(265.505)
Contribuições estimadas dos empregados	(1.898)	-	(1.898)
Custos (receitas)	(95.874)	38.169	(57.705)

18.4.7 Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade que demonstra o efeito de um aumento ou uma redução de um ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos assistenciais sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros dos custos assistenciais líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios assistenciais acumulada pós-emprego.

	Cenários projetados		
	Atual	Aumento 1%	Redução 1%
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo			
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	3,34%	-7,09%	11,95%
Impactos em milhares de reais - R\$		(194.246)	321.976
Impactos nas obrigações do programa de saúde	3,83%	-12,52%	17,95%
Impactos em milhares de reais - R\$		(56.705)	81.453
Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos			
Impactos nas obrigações do programa de saúde	1,00%	10,99%	-9,63%
Impacto no custo do serviço do exercício seguinte - em milhares de reais - R\$		56.552	(49.551)
Sensibilidade ao custo do serviço			
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	1,00%	-0,18%	2,12%
Impactos em milhares de reais - R\$		10.360	66.921
Impactos nas obrigações do programa de saúde	1,00%	-1,22%	1,00%
Impactos em milhares de reais - R\$		(7.014)	5.142

18.4.8 Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos pela Companhia nos próximos cinco anos e o total de benefícios para os exercícios fiscais subsequentes são apresentados abaixo:

	Plano previdenciário	Outros Benefícios	Total
2013	178.669	19.375	198.044
2014	187.939	19.376	207.315
2015	197.498	19.376	216.874
2016	205.845	19.377	225.222
2017	212.662	19.379	232.041
2018 a 2045	5.155.393	382.571	5.537.965

18.4.9 Alocação de ativos e estratégia de investimentos

A alocação de ativos para os planos previdenciário e assistencial da Companhia no final de 2012 e a alocação-meta para 2013, por categoria de ativos, são as seguintes:

	Meta para 2013	2012
Renda fixa	85,8%	87,4%
Renda variável	10,3%	9,4%
Empréstimos	1,5%	1,5%
Imóveis	1,7%	1,6%
Investimentos estruturados	0,7%	0,1%
	100,0%	100,0%

Abaixo são apresentados os limites estipulados pela administração do Fundo:

**COPEL****Copel Distribuição S.A.**

	Plano I e II (BD)		meta (%)	Plano III (CD)	
	meta (%) ^(*)	mínimo (%)		mínimo (%)	
Renda fixa	93,0%	87,0%	67,2%	56,0%	
Renda variável	1,0%	0,0%	23,8%	10,0%	
Empréstimos	1,0%	0,0%	3,5%	2,0%	
Imóveis	2,5%	1,0%	1,0%	0,0%	
Investimentos estruturados	2,5%	0,0%	4,5%	0,0%	

(*) Meta baseada no total de investimentos de cada plano

A administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

Em 2013, a Companhia espera contribuir com R\$ 44.744 para o plano previdenciário, que inclui os planos de benefícios definidos (planos I e II) e o plano de contribuição definida (plano III), e R\$ 55.100 para o plano assistencial.

19 Encargos do Consumidor a Recolher

	31.12.2012	31.12.2011
Conta de desenvolvimento energético - CDE	22.886	30.154
Conta de consumo de combustível - CCC	16.627	20.718
Reserva global de reversão - RGR	9.749	15.592
	49.262	66.464

20 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1%, de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e em programas de eficiência energética, conforme Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 308/08, 316/08 e 504/12.

20.1 Saldos constituídos para aplicação em P&D e PEE

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2012	Saldo em 31.12.2011
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
FNDCT	-	1.840	-	1.840	1.617
MME	-	920	-	920	810
P&D	13.538	-	71.207	84.745	72.517
	13.538	2.760	71.207	87.505	74.944
Programa de eficiência energética - PEE					
	52.634	-	64.008	116.642	126.100
	66.172	2.760	135.215	204.147	201.044
			Circulante	142.936	140.918
			Não circulante	61.211	60.126

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****20.2 Mutação dos saldos de P&D e PEE**

	FNDCT	MME	P&D		PEE		Total
	circulante	circulante	circulante	n�o circulante	circulante	n�o circulante	
Em 1�.01.2011	1.451	727	26.575	42.443	111.628	22.004	204.828
Constitui�es	9.614	4.807	-	9.613	-	24.034	48.068
Juros Selic	-	-	-	6.248	-	8.075	14.323
Transfer�ncias	-	-	6.800	(6.800)	45.491	(45.491)	-
Recolhimentos	(9.448)	(4.724)	-	-	-	-	(14.172)
Conclus�es	-	-	(12.362)	-	(39.641)	-	(52.003)
Em 31.12.2011	1.617	810	21.013	51.504	117.478	8.622	201.044
Constitui�es	10.376	5.187	-	10.375	-	26.082	52.020
Contrato de desempenho	-	-	-	-	-	145	145
Juros Selic	-	-	-	5.318	-	5.631	10.949
Transfer�ncias	-	-	8.490	(8.490)	37.976	(37.976)	-
Recolhimentos	(10.153)	(5.077)	-	-	-	-	(15.230)
Conclus�es	-	-	(3.465)	-	(41.316)	-	(44.781)
Em 31.12.2012	1.840	920	26.038	58.707	114.138	2.504	204.147

21 Outras Contas a Pagar

	31.12.2012	31.12.2011
Taxa de ilumina�o p�blica arrecadada	17.852	14.875
Consumidores	15.606	17.398
Cau�es em garantia	7.842	4.578
Devolu�o ao consumidor	7.650	7.837
Outras obriga�es	18.573	8.670
	67.523	53.358

22 Contingências e Provisões para Litígios**22.1 A es consideradas como de perda provável**

A Companhia responde por diversos processos judiciais perante diferentes tribunais e instâncias. A Administra o mantém provisão para litígios sobre as causas cujas perdas são consideradas prováveis, fundamentada na opinião de seus assessores legais.

Mutações das provisões para litígios

	Saldo em 1º.01.2012	Adições	Reversões	Quitações	Saldo em 31.12.2012
Fiscais (22.1.1)	1.021	14.124	(1.590)	(41)	13.514
Trabalhistas (22.1.2)	107.661	35.774	(1.630)	(16.548)	125.257
Benefícios a empregados (22.1.3)	44.853	27.104	(149)	(8.436)	63.372
Cíveis (22.1.4)					
Fornecedores (a)	88.003	2.179	(21.552)	-	68.630
Cíveis e direito administrativo (b)	70.948	24.278	(18.347)	(6.434)	70.445
Servidões de passagem (c)	2.569	922	(48)	(14)	3.429
Desapropriações e patrimoniais (c)	2.175	467	(93)	-	2.549
Consumidores (d)	5.493	4.490	(2.506)	-	7.477
	169.188	32.336	(42.546)	(6.448)	152.530
Ambientais	32	67	-	-	99
Regulatórias (22.1.5)	21.518	804	(160)	(38)	22.124
	344.273	110.209	(46.075)	(31.511)	376.896

	Saldo em 1º.01.2011	Adições	Reversões	Quitações	Saldo em 31.12.2011
Fiscais (22.1.1)	12.754	20.232	(31.628)	(337)	1.021
Trabalhistas (22.1.2)	122.967	9.469	(9.592)	(15.183)	107.661
Benefícios a empregados (22.1.3)	46.502	9.802	-	(11.451)	44.853
Cíveis (22.1.4)					
Fornecedores (a)	86.101	2.138	(236)	-	88.003
Cíveis e direito administrativo (b)	37.790	40.034	-	(6.876)	70.948
Servidões de passagem (c)	2.391	1.177	(935)	(64)	2.569
Desapropriações e patrimoniais (c)	1.784	391	-	-	2.175
Consumidores (d)	5.305	845	(638)	(19)	5.493
	133.371	44.585	(1.809)	(6.959)	169.188
Ambientais	31	1	-	-	32
Regulatórias (22.1.5)	13.509	12.686	(4.677)	-	21.518
	329.134	96.775	(47.706)	(33.930)	344.273

22.1.1 Fiscais

Do total dos processos fiscais, o valor de R\$ 12.294 refere-se à ação anulatória ordinária nº 0004438-79.2012.8.16.0179, objetivando anular a exigibilidade de auto de infração, que autuou a Copel Distribuição por considerar ilegal a concessão de diferimento de ICMS aplicado no consumo de energia elétrica, no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2009.

22.1.2 Trabalhistas

Ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras e, também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



22.1.3 Benefícios a empregados

Ações de aposentados (ex-empregados da Companhia) que apresentaram reclamação trabalhista contra a Fundação Copel, que causarão, conseqüentemente, reflexos para a Companhia, na medida em que forem necessários aportes complementares.

22.1.4 Cíveis

a) Fornecedores

Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A.

A Copel Distribuição discute judicialmente a validade de cláusulas e condições do contrato de compra e venda de energia firmado com as empresas Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A., ao entendimento de que estabelecem benefícios às empresas vendedoras. Concomitantemente, as vendedoras, após rescindirem o contrato, levaram o conflito para decisão da Câmara de Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas, que condenou a Copel Distribuição a pagar a multa contratual, ao entendimento de que esta dera causa à rescisão. A Copel Distribuição pleiteia judicialmente a anulação dessa decisão no âmbito do Superior Tribunal de Justiça em recurso especial.

Considerando que ambos os fornecedores já levantaram os valores penhorados (R\$ 35.913 em 17.06.2010, R\$ 22.823 em 1º.10.2009 e R\$ 11.833 em 03.02.2010), permanece a classificação da ação, pela Diretoria Jurídica, como perda provável, ressaltando que foram apresentadas pelas mesmas cartas de fiança bancária como garantia a referidos levantamentos. Além da discussão judicial em questão, houve, no final de 2011, a execução de saldo remanescente, no valor de R\$ 27.438, com conseqüente bloqueio em conta, pretensão impugnada pela Copel Distribuição, razão pela qual a Administração decidiu por constituir provisão financeira para referidos litígios, no valor originário das dívidas que, corrigidas até 31.12.2012, apontam para a importância de R\$ 89.025. Deste valor, R\$ 20.395 estão contabilizados na conta Fornecedores.

A Copel não concorda que haja saldo remanescente. Contudo, o juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública entendeu como devido o valor de R\$ 22.162, liberando em favor das exequentes os valores de R\$ 12.790 e R\$ 9.371, em 12.04.2012, mediante caução de fiança bancária. A questão ainda está *sub judice*, e foi objeto de recurso.

b) Cíveis e direito administrativo

Ações em que a Copel Distribuição é parte ativa ou passiva e que envolve faturamento, procedimento irregular, contratos administrativos e multa contratual, indenização por acidentes com a rede de energia elétrica e acidentes com veículos.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



c) Servidões de passagem, desapropriações e patrimoniais

O contencioso patrimonial da Copel Distribuição é constituído principalmente pelas ações de desapropriações e servidões, que impõem pagamentos a título de indenizações e que são sempre obrigatórias devido a preceito constitucional que obriga à justa e prévia indenização em dinheiro pelo desapossamento compulsório de áreas pela Administração Pública e nas servidões pela restrição no uso da propriedade sem transferir o domínio. As ações judiciais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Copel Distribuição para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrículas, etc.).

As ações patrimoniais compreendem, ainda, reintegrações de posse de imóveis de propriedade da concessionária. As demandas judiciais existem quando há necessidade de retomada dos imóveis invadidos por terceiros, sejam nas áreas de propriedade da Companhia ou em áreas que tenham sido objeto de servidões de passagem.

Comporta, por fim, a intervenção no usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante ou mesmo quando se trate de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das áreas desapropriadas e faixas de servidões.

d) Consumidores

Ações pleiteando ressarcimento de danos causados em aparelhos eletrodomésticos, indenizações por dano moral decorrente da prestação do serviço (por exemplo, suspensão do fornecimento) e ações movidas por consumidores industriais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado e pleiteando restituição de valores envolvidos. A Companhia constituiu provisão tomando por base o diferencial de alíquota, cobrada dos consumidores industriais, no período de março a novembro de 1986, acrescida de encargos financeiros, cujos montantes são considerados suficientes.

22.1.5 Regulatórias

A Companhia está discutindo nas esferas administrativa e judicial notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias, dentre eles o valor de R\$ 9.725, referente às ações judiciais envolvendo a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e Dona Francisca Energética S.A., contra o Despacho Aneel nº 288/02. O provável êxito nas ações citadas resultará em modificações na contabilização da CCEE, o que torna necessária a constituição de provisão destes valores, visto que a Copel Distribuição será acionada a quitar os montantes de sua responsabilidade.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



22.2 Ações consideradas como de perda possível

	31.12.2012	31.12.2011
Fiscais	89.594	45.046
Trabalhistas	198.037	131.561
Benefícios a empregados	31.548	32.455
Cíveis	235.754	56.386
Regulatórias	17.640	11.381
	572.573	276.829

Das ações cíveis, destaca-se ação proposta contra a Companhia a respeito de contrato de franquia, e pretende o reconhecimento de subconcessão, com a transferência dos serviços e o repasse integral dos valores das tarifas, dentre outras verbas, a sentença proferida pelo juízo da 4ª Vara Federal de Curitiba, nos autos n. 5017789-75.2010.404.7000, atendeu parcialmente o pleito e declarou a nulidade do contrato de franquia, e a realização de transferência de concessão de serviço público da Copel para o autor entre julho de 2001 a setembro de 2005, nos Municípios e localidades de Faxinal, Mauá da Serra, Rosário do Ivaí, Rio Branco do Ivaí, Grandes Rios, Cruzmaltina, Nova Amoreira e São José (Município de Marilândia do Sul), com a consequente condenação da Copel ao pagamento das tarifas durante o período, com juros e correção monetária, bem como a devolução dos valores cobrados indevidamente a título de taxa de franquia, além das importâncias depositadas a título de fundo de propaganda, com juros e correção monetária. A Copel recorreu da sentença ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região - TRF4, cujo julgamento da apelação, em 25.07.2012, foi integralmente favorável à Companhia. O autor interpôs recurso especial e extraordinário, em processamento ainda no TRF4. A Administração da Companhia classificou como risco de perda possível no montante de R\$ 142.457 em 31.12.2012. O autor também promoveu uma Reclamação no STF sob n. 13.592, à qual foi negado seguimento pelo Ministro Marco Aurélio em agosto de 2012. O reclamante interpôs agravo regimental, em processamento no STF.

23 Patrimônio Líquido

23.1 Capital Social

O capital social integralizado, em 31.12.2012 (e em 31.12.2011), monta a R\$ 2.624.841, composto por 2.624.840.634 ações, todas ordinárias, pertencentes à Copel.

23.2 Reserva de lucros

	31.12.2012	31.12.2011
Reserva legal	135.294	135.294
Reserva de retenção de lucros	840.155	883.575
Dividendo adicional proposto	-	13.468
	975.449	1.032.337

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



A reserva de retenção de lucros visa a cobertura do programa de investimentos da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas. De acordo com o artigo 189 da citada Lei, esta reserva também foi utilizada para absorver o prejuízo do exercício de 2012. O dividendo adicional proposto corresponde à parcela do valor proposto pela Administração à Assembleia Geral, excedente aos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto. Em atendimento ao disposto na ICPC nº 08, é mantido em reserva específica no patrimônio líquido até a deliberação definitiva por parte da assembleia geral dos acionistas, quando então é reconhecido como dívida no passivo circulante.

23.3 Ajustes de avaliação patrimonial

A movimentação dessa conta inclui os ajustes decorrentes das variações de valor justo envolvendo os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, os quais correspondem aos outros resultados abrangentes da Companhia.

Mutação de ajustes de avaliação patrimonial

Em 1º.01.2011	13.463
Ajuste referente ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:	
Contas a receber vinculadas à concessão	(7.282)
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	2.476
Em 31.12.2011	8.657
Ajuste referente ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:	
Aplicações financeiras	1.863
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	(633)
Contas a receber vinculadas à concessão	(13.116)
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	4.459
Em 31.12.2012	1.230

23.4 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2012	31.12.2011
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (30%) - (1)		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(43.420)	535.886
Reserva legal (5%)	-	(26.794)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	-	509.092
	-	152.728
Juros sobre o capital próprio, líquidos - (2)		
Juros sobre o capital próprio	-	195.524
Imposto de renda retido na fonte	-	(29.328)
	-	166.196
Dividendos adicionais propostos (2-1)	-	13.468



COPEL

Copel Distribuição S.A.

**24 Receita Operacional Líquida**

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor (24.5)	ISSQN	Receita líquida
						31.12.2012
Fornecimento de energia elétrica (24.1)	4.026.036	(373.010)	(1.127.664)	(34.724)	-	2.490.638
Suprimento de energia elétrica (24.2)	167.065	(11.602)	-	-	-	155.463
Disponibilidade da rede elétrica (24.3)	4.796.275	(444.574)	(1.205.201)	(646.425)	-	2.500.075
Receita de construção	665.601	-	-	-	-	665.601
Outras receitas operacionais (24.4)	91.854	(11.460)	-	-	-	80.394
	9.746.831	(840.646)	(2.332.865)	(681.149)	-	5.892.171

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor (30.5)	ISSQN	Receita líquida
						31.12.2011
Fornecimento de energia elétrica (24.1)	3.519.614	(325.564)	(932.628)	(28.087)	-	2.233.335
Suprimento de energia elétrica (24.2)	101.220	(8.229)	-	(1.202)	-	91.789
Disponibilidade da rede elétrica (24.3)	4.917.704	(454.888)	(1.278.736)	(678.581)	-	2.505.499
Receita de construção	606.620	-	-	-	-	606.620
Outras receitas operacionais (24.4)	66.870	(6.185)	-	(7.799)	(65)	52.821
	9.212.028	(794.866)	(2.211.364)	(715.669)	(65)	5.490.064

24.1 Fornecimento de energia por classe de consumidor

Fornecimento de energia elétrica	Receita bruta		Receita líquida	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Residencial	1.302.177	1.223.657	782.293	771.674
Industrial	1.291.324	1.065.222	790.773	654.359
Comercial, serviços e outras atividades	951.605	812.930	574.747	504.389
Rural	177.083	158.644	148.870	134.124
Poder público	114.038	104.218	79.149	73.870
Iluminação pública	92.450	77.049	56.242	47.062
Serviço público	97.359	77.894	58.564	47.857
	4.026.036	3.519.614	2.490.638	2.233.335

24.2 Suprimento de energia elétrica

	Receita bruta	
	31.12.2012	31.12.2011
Contratos bilaterais	97.996	80.967
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	69.069	20.253
	167.065	101.220

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****24.3 Disponibilidade da rede elétrica por classe de consumidor**

Disponibilidade da rede elétrica	Receita bruta		Receita líquida	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Residencial	1.657.935	1.606.837	830.282	785.886
Industrial	1.238.560	1.426.956	579.214	683.268
Comercial, serviços e outras atividades	1.105.455	1.106.635	578.570	541.595
Rural	230.829	217.114	165.592	154.700
Poder público	143.238	142.898	83.874	82.594
Iluminação pública	110.562	110.302	53.448	53.118
Serviço público	102.408	106.806	50.699	51.809
Consumidores livres	204.768	197.789	156.470	150.725
Rede básica, de fronteira e de conexão	2.520	2.367	1.926	1.804
	4.796.275	4.917.704	2.500.075	2.505.499

24.4 Outras receitas operacionais

	Receita bruta	
	31.12.2012	31.12.2011
Arrendamentos e aluguéis (NE nº 27.2)	66.661	56.058
Renda da prestação de serviços	3.861	5.155
Serviço taxado	8.214	5.306
Outras receitas	13.118	351
	91.854	66.870

24.5 Encargos do consumidor

	31.12.2012	31.12.2011
Conta de consumo de combustível - CCC	280.685	346.566
Conta de desenvolvimento energético - CDE	274.634	248.611
Quota para reserva global de reversão - RGR	58.151	58.542
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE (NE nº 20.2)	52.020	48.068
Outros encargos	15.659	13.882
	681.149	715.669

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****25 Custos e Despesas Operacionais**

Natureza dos custos e despesas	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Total 31.12.2012
Energia elétrica comprada para revenda (25.1)	(2.939.447)	-	-	-	(2.939.447)
Encargos de uso da rede elétrica (25.2)	(648.501)	-	-	-	(648.501)
Pessoal e administradores (25.3)	(655.416)	-	(168.686)	-	(824.102)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 18)	(102.048)	-	(24.139)	-	(126.187)
Material	(43.173)	(1)	(5.122)	-	(48.296)
Serviços de terceiros (25.4)	(201.114)	(32.202)	(86.819)	-	(320.135)
Amortização	(161.809)	-	(30.535)	-	(192.344)
Provisões e reversões (25.5)	-	(54.852)	-	(64.134)	(118.986)
Custo de construção (25.6)	(665.601)	-	-	-	(665.601)
Outros custos e despesas operacionais (25.7)	(7.994)	7.395	(39.009)	(45.620)	(85.228)
	(5.425.103)	(79.660)	(354.310)	(109.754)	(5.968.827)

Natureza dos custos e despesas	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Total 31.12.2011
Energia elétrica comprada para revenda (25.1)	(2.365.587)	-	-	-	(2.365.587)
Encargos de uso da rede elétrica (25.2)	(505.869)	-	-	-	(505.869)
Pessoal e administradores (25.3)	(531.307)	-	(126.075)	-	(657.382)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 18)	(83.862)	-	(20.372)	-	(104.234)
Material	(58.949)	(1)	(7.068)	-	(66.018)
Serviços de terceiros (25.4)	(185.066)	(27.109)	(95.319)	-	(307.494)
Amortização	(167.606)	-	(26.363)	-	(193.969)
Provisões e reversões (25.5)	-	(40.088)	-	(82.244)	(122.332)
Custo de construção (25.6)	(606.620)	-	-	-	(606.620)
Outros custos e despesas operacionais (25.7)	(7.223)	4.094	(36.383)	(69.064)	(108.576)
	(4.512.089)	(63.104)	(311.580)	(151.308)	(5.038.081)

25.1 Energia elétrica comprada para revenda

	31.12.2012	31.12.2011
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	1.986.223	1.663.730
Itaipu Binacional	503.335	459.649
Contratos bilaterais	341.382	323.319
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	241.871	41.652
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	139.865	102.275
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(273.229)	(225.038)
	2.939.447	2.365.587

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****25.2 Encargos de uso da rede elétrica**

	31.12.2012	31.12.2011
Encargos de uso do sistema - distribuição	544.597	487.751
Encargos dos serviços do sistema - ESS	75.485	10.988
Encargo de Energia de Reserva - EER	49.228	16.456
Encargos de transporte de Itaipu	45.217	42.109
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre encargos de uso da rede elétrica	(66.026)	(51.435)
	648.501	505.869

25.3 Pessoal e administradores

	31.12.2012	31.12.2011
Pessoal		
Remunerações	536.707	483.260
Encargos sociais	177.126	149.227
	713.833	632.487
Participação nos lucros e/ou resultados (25.3.1)	21.389	35.162
Auxílio alimentação e educação	66.337	54.922
Provisão para indenização por demissões voluntárias e aposentadorias (25.3.2)	105.842	43.250
	907.401	765.821
(-) Apropriação no intangível em curso	(83.895)	(108.911)
	823.506	656.910
Administradores		
Honorários	460	380
Encargos sociais	134	92
Outros gastos	2	-
	596	472
	824.102	657.382

25.3.1 Participação nos lucros e/ou resultados

A Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos lucros e/ou resultados, pago de acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1978/2007 e a Lei Estadual nº 16560/2010.

25.3.2 Provisão para indenização por demissões voluntárias e aposentadorias

A Copel instituiu o programa de sucessão e desligamento voluntário - PSDV, através da Circular 031/2011, de 29.03.2011, e alterado pelas Circulares 049/2011 e 090/2011, de 22.06.2011 e 06.12.2011, respectivamente, bem como o programa de formação de potenciais lideranças (MBA), como forma de estabelecer procedimentos capazes de garantir a retenção do conhecimento da companhia, e de forma planejada e estruturada, incentivar a preparação do quadro funcional para o exercício da liderança.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



Contudo, as mudanças ocorridas no cenário nacional, notadamente com a MP 579/2012 e seus desdobramentos, afetaram sobremaneira as finanças da companhia, exigindo, entre outras medidas, a extinção do PSDV pela Circular 068/2012, a partir de 1º.01.2013. Tal decisão da Diretoria foi comunicada com antecedência aos empregados, possibilitando a adesão até o final de dezembro de 2012.

25.4 Serviços de terceiros

	31.12.2012	31.12.2011
Manutenção do sistema elétrico	87.025	68.563
Comunicação, processamento e transmissão de dados	70.917	72.584
Leitura e entrega de faturas	35.744	29.898
Manutenção de instalações	33.860	37.047
Agentes autorizados e credenciados	32.200	27.109
Consultoria e auditoria	6.564	8.778
Outros serviços	53.825	63.515
	320.135	307.494

25.5 Provisões e reversões

	31.12.2012	31.12.2011
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa		
Clientes	53.944	40.090
Outros créditos	908	(2)
	54.852	40.088
Provisão para perdas de créditos tributários	-	33.175
Provisão (reversão) para litígios (NE nº 22.1)		
Fiscais	12.534	(11.396)
Trabalhistas	34.144	(123)
Benefícios a empregados	26.955	9.802
Fornecedores	(19.373)	1.902
Cíveis e direito administrativo	5.931	40.034
Servidões de passagem	874	242
Desapropriações e patrimoniais	374	390
Consumidores	1.984	208
Ambientais	67	1
Regulatórias	644	8.009
	64.134	49.069
	118.986	122.332

25.6 Custo de construção

	31.12.2012	31.12.2011
Material	342.822	372.547
Serviços de terceiros	218.339	149.499
Pessoal	76.367	70.215
Outros	28.073	14.359
	665.601	606.620

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****25.7 Outros custos e despesas operacionais**

	31.12.2012	31.12.2011
Indenizações	21.661	20.585
Arrendamentos e aluguéis (NE nº 27.1)	15.639	9.983
Tributos	13.771	8.330
Taxa de fiscalização da Aneel	13.317	11.706
Perdas na desativação e alienação de bens	7.060	40.196
Propaganda e publicidade	4.882	4.417
Incentivo esporte, Lei Rouanet e fundo dos direitos da criança e do adolescente - FIA	3.263	7.516
Recuperação de custos e despesas	(37.013)	(17.641)
Outros custos e despesas, líquidos	42.648	23.484
	85.228	108.576

26 Resultado Financeiro

	31.12.2012	31.12.2011
Receitas financeiras		
Renda e variação monetária sobre repasse CRC (NE nº 8)	188.688	148.950
Variação monetária sobre contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 12)	165.574	100.381
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	123.545	60.166
Renda de aplicações financeiras mantidas para negociação	44.781	72.082
Renda de aplicações financeiras disponíveis para venda	5.558	3.833
Renda de aplicações financeiras mantidas até o vencimento	-	82
Outras receitas financeiras	18.947	18.089
	547.093	403.583
(-) Despesas financeiras		
Atualização do valor justo do contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 12)	401.104	-
Encargos de dívidas	118.150	98.071
Juros sobre P&D e PEE	10.949	14.323
Variações monetárias e cambiais	350	(3.600)
Outras despesas financeiras	10.896	38.068
	541.449	146.862
	5.644	256.721

Os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados durante o ano de 2012 totalizaram R\$ 31.059, à taxa média de 1,80 % a.a.

27 Contratos de Arrendamento Operacional**27.1 A Companhia como arrendatária**

	31.12.2012	31.12.2011
Custos e despesas de arrendamentos e aluguéis		
Imóveis (a)	11.868	9.646
Fotocopiadora	822	1.156
Outros	4.003	216
(-) Créditos de PIS e Cofins	(1.054)	(1.035)
	15.639	9.983



COPEL

Copel Distribuição S.A.



A estimativa de gastos para os próximos exercícios é basicamente a mesma de 2012, acrescida dos índices de correção contratualmente assumidos, não existindo riscos com relação à rescisão contratual.

- a) Do total de R\$ 11.868 gastos com aluguel de imóveis, R\$ 3.826 referem-se ao contrato de locação do Polo km 3, firmado entre a Copel Distribuição e a Fundação Copel, o qual, dentre os contratos de aluguel, destaca-se como o contrato mais relevante para a Companhia. Para os períodos futuros este valor será corrigido com base na avaliação imobiliária do imóvel.

Não identificamos compromissos de arrendamento operacional não canceláveis.

27.2 A Companhia como arrendadora

Receita de arrendamentos e aluguéis	31.12.2012	31.12.2011
Equipamentos e estruturas	66.239	55.603
Imóveis	422	455
	66.661	56.058

Os arrendamentos operacionais referem-se a receitas de aluguéis de bens de propriedade da Companhia. O arrendatário não tem a opção de compra do bem após o término do prazo do arrendamento.

Não identificamos recebíveis de arrendamento operacionais não canceláveis.

O compartilhamento de estrutura refere-se à cessão de pontos de fixação, em espaço predeterminado nos postes, para instalação de cabos, acessórios e equipamentos das prestações de serviços de telecomunicação, mediante pagamento mensal, atendendo ao contido no Art. 73 da Lei nº 9.472/97 (Lei Geral das Telecomunicações), na Resolução Conjunta Aneel/Anatel/ANP nº 001/99, e na Resolução Aneel nº 581/02. Objetiva, também, a redução dos custos de implantação de infraestrutura para os agentes dos setores elétrico e de telecomunicações, a otimização do uso dos postes e a obtenção de margem que contribua para tarifas mais competitivas (reverte para modicidade da tarifa de energia elétrica).



28 Instrumentos Financeiros

28.1 Categoria e valor justo de instrumentos financeiros

	NE nº	31.12.2012		31.12.2011	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros					
Mantidos para negociação					
Caixa e bancos conta movimento (a)	4	82.965	82.965	29.031	29.031
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (a)	4	1.043.396	1.043.396	618.752	618.752
		1.126.361	1.126.361	647.783	647.783
Empréstimos e recebíveis					
Caução STN (b)	6	43.246	42.627	37.553	32.076
Cauções e depósitos vinculados (a)	6	34.293	34.293	5	5
Clientes (a)	7	1.226.423	1.226.423	1.136.691	1.136.691
Repasso CRC ao Governo do Estado do Paraná (c)	8	1.384.284	1.633.076	1.346.460	1.434.565
		2.688.246	2.936.419	2.520.709	2.603.337
Disponível para venda					
Contas a receber vinculadas à concessão (d)	12	2.383.262	2.383.262	2.225.203	2.225.203
Títulos e valores mobiliários (e)	5	190.051	190.051	34.393	34.393
		2.573.313	2.573.313	2.259.596	2.259.596
Mantidos até o vencimento					
Títulos e valores mobiliários (e)	5	4.474	4.474	-	-
		4.474	4.474	-	-
Total dos ativos financeiros		6.392.394	6.640.567	5.428.088	5.510.716
Passivos Financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Mantido para negociação					
Outras obrigações - derivativos (f)		13	13	-	-
		13	13	-	-
Outros passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos (g)	16	774.729	759.451	726.226	728.425
Debêntures (h)	17	1.010.677	1.010.677	-	-
Fornecedores (i)	15	694.903	694.903	531.187	531.187
		2.480.309	2.465.031	1.257.413	1.259.612
Total dos passivos financeiros		2.480.322	2.465.044	1.257.413	1.259.612

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado para instrumentos financeiros com mercado ativo. Quanto aos instrumentos financeiros para os quais não existe cotação disponível no mercado, os valores justos são apurados pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados.

- Ativos financeiros que têm valores justos equivalentes aos seus respectivos valores contábeis, em razão de sua natureza e prazos de realização.
- O valor justo da Caução - STN foi calculado considerando como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, da variação do CDI mais 0,99% a.a.
- Para o valor justo do Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná foi utilizada como premissa a comparação com um título do Tesouro Nacional de longo prazo e pós-fixado (NTN-B), o qual é remunerado aproximadamente em 3,54 % a.a. mais IPCA.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



- d) As Contas a receber vinculadas à concessão têm sua composição detalhada na NE nº 12, incluindo: i) quadro demonstrativo reconciliando os saldos iniciais com os saldos finais, com a demonstração separada das adições, baixas, transferências, perdas, variação monetária e ajuste ao valor justo; ii) critérios para apuração e mensuração; e iii) premissas adotadas pela Administração para atualização do valor indenizável.
- e) O valor justo dos Títulos e valores mobiliários foi calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros para cada respectivo título e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- f) O passivo financeiro derivativo refere-se a ajuste DI Futuro, que compõe a conta Outras obrigações e têm seu valor justo calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros.
- g) Empréstimos e financiamentos têm valor justo considerando como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, da variação do CDI mais 0,99% a.a.
- h) O valor justo das debêntures foi calculado conforme cotação do Preço Unitário - PU em 31.12.2012, obtido junto à Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - Anbima, líquido do custo financeiro de R\$ 2.042.
- i) Passivos financeiros que têm valores justos equivalentes a seus respectivos valores contábeis, em razão de sua natureza e prazos de liquidação.

28.2 Nível de classificação para apuração do valor justo

Os instrumentos financeiros foram classificados conforme os 3 níveis de hierarquia do valor justo.

	31.12.2012				31.12.2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros								
Títulos e valores mobiliários	120.457	69.594	-	190.051	658	33.735	-	34.393
Contas a receber vinculadas à concessão	-	-	2.383.262	2.383.262	-	-	2.225.203	2.225.203
Passivos Financeiros								
Outras obrigações - derivativos	13	-	-	13	-	-	-	-

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir:

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo

Nível 3: obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado

28.3 Resumo dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

Descrição	Taxa a.a.	Data de emissão	Vencimento	Tipo	Valor justo	Valor contábil
					31.12.2012	31.12.2012
LF Caixa	CDI	03.11.2011	07.11.2013	Custo amortizado	2.035	2.035
LF Caixa	CDI	07.11.2011	08.11.2013	Custo amortizado	2.439	2.439
					4.474	

28.4 Fatores de Risco

A Companhia mantém mecanismos que buscam a gestão de riscos nas áreas corporativas. Os riscos são classificados como críticos, altos, moderados, baixos ou mínimos, de acordo com sua exposição final, a qual leva em consideração os impactos financeiro, operacional e de imagem, além da frequência de ocorrência do risco.

Os principais fatores de riscos inerentes às atividades da Companhia são identificados e dimensionados quanto aos possíveis impactos negativos, de alcance de seus objetivos estratégicos, de processos e de projetos.

28.4.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas, decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado a seguir:

	Valor contábil	
	31.12.2012	31.12.2011
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	1.126.361	647.783
Títulos e valores mobiliários (a)	194.525	34.393
Cauções e depósitos vinculados (a)	77.539	37.558
Clientes (b)	1.226.423	1.136.691
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (c)	1.384.284	1.346.460
Contas a receber vinculadas à concessão (d)	2.383.262	2.225.203
	6.392.394	5.428.088

a) Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos contabilizados como Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, considerando a política da Companhia em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

b) Clientes

Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados, a seus clientes, consumidores, concessionárias e permissionárias. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Copel Distribuição. Para reduzir esse tipo de risco a Companhia atua na gerência das contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, suspendendo o fornecimento de energia e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais ou fidejussórias, sempre que possível.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização.

c) Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná

A Administração considera o risco de crédito sobre a CRC reduzido, visto que as amortizações são garantidas com recursos oriundos de dividendos, sendo que o Governo do Estado vem cumprindo o pagamento das parcelas renegociadas conforme estabelecido no quarto termo aditivo.

d) Contas a receber vinculadas à concessão

Referem-se a indenizações previstas nos contratos de concessão de serviços públicos de distribuição.

A Administração considera bastante reduzido o risco de crédito sobre estes ativos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente aos investimentos efetuados em infraestrutura e que não foram recuperados por meio da tarifa até o vencimento da concessão.

28.4.2 Risco de moeda estrangeira - dólar norte-americano

	Ativo	Passivo	Exposição líquida
			31.12.2012
Caução STN	43.246	-	43.246
Empréstimos e financiamentos	-	(59.351)	(59.351)
Fornecedores			
Eletrobrás (Itaipu)	-	(106.806)	(106.806)
	43.246	(166.157)	(122.911)

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira.

A dívida em moeda estrangeira da Companhia não é significativa e não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais.

O efeito da variação cambial decorrente do contrato de compra de energia da Eletrobras (Itaipu) é repassado no próximo reajuste tarifário da Copel Distribuição.

Análise de sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da desvalorização cambial do Dólar Norte-Americano, sobre seus empréstimos e financiamentos expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2012, e para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio – fim de período (R\$/US\$ 2,09), prevista na mediana das expectativas de mercado para 2013, do Relatório Focus do Bacen de 28.12.2012. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Risco de moeda estrangeira	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2013		
		31.12.2012	Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Caução STN	Alta do dólar	43.246	983	12.040	23.098
		43.246	983	12.040	23.098
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
STN	Alta do dólar	59.340	1.350	16.523	31.695
Eetrobrás	Alta do dólar	11	-	3	6
		59.351	1.350	16.526	31.701
Fornecedores					
Eetrobrás (Itaipu)	Alta do dólar	106.806	2.430	29.739	57.049
		106.806	2.430	29.739	57.049
Efeito esperado no resultado			(2.797)	(34.225)	(65.652)

Além da análise de sensibilidade, exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros, considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40. Com base na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2012, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

28.4.3 Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir tal risco, exceto para os fundos de investimentos exclusivos (28.4.8), mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

**COPEL****Copel Distribuição S.A.**

A exposição ao risco de taxa de juros e variações monetárias está demonstrada a seguir:

	Ativo	Passivo	Exposição líquida
			31.12.2012
Aplicações financeiras - Equivalentes de caixa	1.043.396	-	1.043.396
Títulos e valores mobiliários	194.525	-	194.525
Cauções e depósitos vinculados	34.293	-	34.293
Repasse CRC - Governo do Estado do Paraná	1.384.284	-	1.384.284
Contas a receber vinculadas à concessão	2.383.262	-	2.383.262
Empréstimos e financiamentos	-	(715.378)	(715.378)
Debêntures		(1.010.677)	(1.010.677)
	5.039.760	(1.726.055)	3.313.705

Análise de sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade, com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2012, e para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic – 7,25%, IGP-DI – 5,34%, IGP-M – 5,31% e TJLP – 5,50%), previstos na mediana das expectativas de mercado para 2013, do Relatório Focus, do Bacen, de 28.12.2012. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2013		
		31.12.2012	Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras - Equivalentes de caixa	Baixa CDI/SELIC	1.043.396	74.707	56.030	37.354
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/SELIC	194.525	13.928	10.446	6.964
Cauções e depósitos vinculados	Baixa CDI/SELIC	34.293	2.455	1.842	1.228
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	Baixa IGP-DI	1.384.284	73.922	55.442	36.961
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IGP-M	2.383.262	126.551	94.913	63.276
		5.039.760	291.563	218.673	145.783
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
Banco do Brasil	Alta CDI	601.372	43.599	54.499	65.399
Eletrobrás - RGR	Sem Risco ⁽¹⁾	114.006	-	-	-
Debêntures	Alta CDI	1.010.677	73.274	91.593	109.911
		1.726.055	116.873	146.092	175.310
Efeito esperado no resultado			174.690	72.581	(29.527)

⁽¹⁾ Empréstimo indexado à Ufir.

Além da análise de sensibilidade, exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados por sua Administração na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto, em 31.12.2012, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores



COPEL

Copel Distribuição S.A.



mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

28.4.4 Risco de vencimento antecipado

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, as quais, em geral, requerem manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros), os quais são calculados e analisados periodicamente visando à manutenção dos parâmetros estipulados nos contratos.

Em 31.12.2012, todas as condições foram analisadas, indicando pleno atendimento dos parâmetros previstos nos contratos.

28.4.5 Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que, direta ou indiretamente, causar degradação ambiental, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e de indenizações ambientais podem obrigar a Copel Distribuição a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Companhia procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

28.4.6 Risco quanto à escassez de energia

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hidrelétricas de geração, que dependem do volume de água em seus reservatórios.

Um período prolongado de escassez de chuvas pode reduzir o volume de água em estoque nestes reservatórios, podendo impactar em perdas em razão da redução de receitas quando da eventual adoção de racionamento energético.

Segundo o Plano Anual da Operação Energética - PEN 2012, divulgado anualmente no *site* www.ons.org.br, as condições de atendimento à carga são satisfatórias no horizonte 2013/2016, e considerando ainda que existem sobras de garantia física no SIN nesse período, foi realizada avaliação de sensibilidade, com relação ao crescimento do mercado sob o aspecto estrutural, podendo-se concluir que a expansão prevista até 2016, mantidos os cronogramas programados neste PEN 2012, é capaz de suportar um crescimento médio anual da carga de até 6,1 % a.a., atingindo 77 GWmed em 2016, contra os 4,6% a.a. do Cenário de Referência, cerca de 72 GWmed no mesmo ano, o que significa que mesmo com uma antecipação de pouco mais de um ano no crescimento da carga, a partir de 2014, ainda seria possível manter as condições de atendimento ao mercado dentro



COPEL

Copel Distribuição S.A.



do critério de garantia postulado pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE (riscos de déficit não superior a 5%).

28.4.7 Risco de não renovação da concessão

A Companhia detém concessão para exploração dos serviços distribuição de energia elétrica com vencimento previsto para julho de 2015, cuja expectativa da Administração, de que as condições de prorrogação apresentadas pelo MME, que representa o Poder Concedente, era de que fossem adequadas de forma a viabilizar a continuidade dos negócios dentro dos padrões exigidos pela Aneel.

Conforme a Lei, as concessões de distribuição poderão ser prorrogadas por mais 30 anos. A prorrogação é facultada ao concessionário e sua adesão depende da aceitação expressa das seguintes condições: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela Aneel; e ii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela Aneel.

O pedido de prorrogação da concessão de distribuição da Copel Distribuição foi encaminhado para Aneel em 31.05.2012, e ratificado nos termos da MP 579, em 11.10.2012. Para cumprimento das próximas etapas previstas, a Companhia seguirá o calendário de eventos definido pelo Poder Concedente.

28.4.8 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia opera instrumentos financeiros derivativos com o objetivo exclusivo de se proteger frente à volatilidade das exposições às oscilações nas taxas de juros.

Instrumentos financeiros derivativos	31.12.2012	31.12.2011
Futuro DI Ajuste Diários - passivo	(13)	-
Parcela circulante	(13)	-

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições ativas (taxas de juros em DI) decorrentes de títulos e valores mobiliários, a Companhia contratou operações de DI futuro, negociadas na BM&FBOVESPA e registradas na Cetip S.A. Mercados Organizados - Cetip, cujos saldos de face apresentam os seguintes montantes e condições:

Durante o período de 2012, o resultado das operações com instrumentos financeiros derivativos no mercado de futuros foi uma perda de R\$ 1.823.

Os contratos são ajustados diariamente, conforme ajustes do DI Futuro divulgados pela BM&FBOVESPA. Os valores de referência (nacionais) desses contratos em aberto em 31.12.2012 correspondem a R\$ 57.453.

Em 31.12.2012, parte dos títulos públicos federais no montante de R\$ 2.538, estava depositada como garantia de operações realizadas na BM&FBOVESPA.

De modo a mensurar os efeitos das flutuações dos índices e das taxas atreladas às operações com derivativos, elaboramos a seguir o quadro de análise de sensibilidade, nos termos determinados pela instrução CVM nº 475/08, incluindo um cenário considerado provável pela Administração, uma situação considerada adversa de, pelo menos, 25% de deterioração nas variáveis utilizadas e uma situação considerada remota, com deterioração de, pelo menos, 50% nas variáveis de risco. Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes em 31.12.2012 e, para o cenário provável os saldos com a variação da taxa de referencia BM&FBOVESPA para LTN com vencimento em 1º.01.2014.

Risco de derivativos	Risco	Base 31.12.2012	Cenários projetados - dez.2013		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos (passivos) financeiros					
Derivativos - passivos	Baixa do DI	(13)	(331)	(1.373)	(2.414)
		(13)	(331)	(1.373)	(2.414)
Efeito esperado no resultado			(318)	(1.360)	(2.401)

28.5 Gerenciamento de capital

A Companhia busca sempre conservar uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos, as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada:

- pelo Endividamento Líquido, definido como o total de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, líquidos de Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e Valores Mobiliários de curto prazo; e
- pelo Capital Próprio, definido como o Patrimônio Líquido.

Endividamento	31.12.2012	31.12.2011
Empréstimos e financiamentos	774.729	726.226
Debêntures	1.010.677	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	1.126.361	647.783
(-) Títulos e valores mobiliários	158.837	33.735
Dívida líquida	500.208	44.708
Patrimônio líquido	3.601.520	3.665.835
Endividamento do patrimônio líquido	0,139	0,012

28.6 Linhas de financiamentos

A Copel Distribuição não opera com linhas de financiamentos como: Conta garantida não assegurada; Letras de câmbio não asseguradas; Conta garantida assegurada; e Linhas de crédito bancário asseguradas.

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****28.7 Tabela de liquidez e juros**

As tabelas abaixo demonstram valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo, as projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte. A partir de 2014, repetem-se os indicadores de 2013 até o horizonte da projeção, exceto o dólar, que acompanha a inflação americana.

Ativo							
	Juros ⁽¹⁾	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31.12.2012							
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.126.361	-	-	-	-	1.126.361
Clientes	0,82%	43.067	9.545	27.196	26.929	242	106.979
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	6,65% a.a. + IGP-DI	13.590	27.180	122.309	741.098	1.816.788	2.720.965
Títulos e valores mobiliários e Fundos exclusivos	99,9% do CDI	151.552	766	11.501	37.613	-	201.432
Cauções e depósitos vinculados	TR e Dólar ⁽²⁾	-	-	-	-	111.120	111.120
Contas a receber vinculadas à concessão	NE nº 12	14.895	29.791	134.058	2.963.080	-	3.141.824
		1.349.465	67.282	295.064	3.768.720	1.928.150	7.408.681
31.12.2011							
Caixa e equivalentes de caixa	-	647.783	-	-	-	-	647.783
Clientes	0,75%	33.536	9.400	28.577	40.847	417	112.777
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	6,65% a.a. + IGP-DI	12.572	25.144	113.148	685.922	1.965.058	2.801.844
Títulos e valores mobiliários	99,9% do CDI	-	5.543	14.452	18.929	-	38.924
Cauções e depósitos vinculados	TR e Dólar ⁽²⁾	-	-	-	-	100.387	100.387
Contas a receber vinculadas à concessão	WACC+Tx retorno ⁽³⁾	18.412	36.824	142.067	3.127.447	-	3.324.750
		712.303	76.911	298.244	3.873.145	2.065.862	7.026.465

⁽¹⁾ Taxa de juros efetiva - média ponderada⁽²⁾ Moeda nacional: TR; Moeda estrangeira: vide NE nº 20⁽³⁾ WACC regulatório + Taxa de retorno do empreendimento

Passivo							
	Juros ⁽¹⁾	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31.12.2012							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 16	2.513	2.025	175.250	630.837	142.278	952.903
Debêntures	NE nº 17	-	-	78.618	1.284.897	-	1.363.515
Derivativos	DI Futuro	13	-	-	-	-	13
Eletrobrás - Itaipu	Dólar	-	92.864	417.886	2.677.260	4.777.443	7.965.453
Outros fornecedores	-	478.154	145.143	35	32.506	-	655.838
Benefícios pós emprego	7,46%	16.504	33.007	148.533	881.453	5.537.965	6.617.462
Obrigações de compra	IGP-M e IPCA	-	533.543	2.566.527	9.724.362	46.201.543	59.025.975
		497.184	806.582	3.386.849	15.231.315	56.659.229	76.581.159
31.12.2011							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 16	1.682	4.091	25.414	842.454	180.633	1.054.274
Eletrobrás - Itaipu	Dólar	-	164.062	350.491	2.426.301	6.338.176	9.279.030
Outros fornecedores	-	397.662	103.347	1.340	29.691	-	532.040
Obrigações de compra	IGP-M e IPCA	-	932.997	2.418.046	10.594.061	50.070.240	64.015.344
		399.344	1.204.497	2.795.291	13.892.507	56.589.049	74.880.688

⁽¹⁾ Taxa de juros efetiva - média ponderada

28.8 Garantias

As principais garantias constituídas para manutenção dos negócios e investimentos estão aplicados em títulos e valores mobiliários:

Garantias	31.12.2012	31.12.2011
Garantia para Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	42.953	13.613
Garantias para leilões da Aneel	-	20.780
Total	42.953	34.393

29 Transações com Partes Relacionadas

Os valores decorrentes de atividades operacionais da Copel Distribuição com as partes relacionadas são faturados de acordo com as tarifas homologadas pela Aneel.

**COPEL****Copel Distribuição S.A.**

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Resultado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Controlador						
Estado do Paraná						
Programa luz fraterna (a)	60.259	38.763	-	-	-	-
Empregados cedidos (b)	158	644	-	-	-	-
CRC (NE nº 8)	1.384.284	1.346.460	-	-	188.688	148.950
ICMS (NE nº 10.3)	90.133	100.612	201.925	186.284	-	-
Companhia Paranaense de Energia - Copel						
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	-	-	371.863	508.696	-	-
Financiamentos repassados - STN (NE 16.1)	-	-	59.340	58.427	-	-
Contrato de mútuo (c)	-	-	851.237	781.031	(68.938)	(74.460)
Entidades com influência significativa						
Copel Geração e Transmissão S.A. (d)						
Prestação de serviços	1.232	299	-	-	5.465	5.197
Sistema de distribuição	298	285	-	-	3.554	3.315
Energia elétrica para revenda	-	-	11.832	15.386	(96.516)	(91.849)
Rede básica e de conexão	-	-	11.631	9.475	(95.582)	(75.368)
Copel Telecomunicações S.A. (e)						
Prestação de serviços	63	20	-	-	260	244
Aluguel de estruturas	104	96	-	-	1.247	1.161
Serviços de telecomunicações	-	-	3.296	2.940	(37.664)	(33.518)
Eljor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A. (f)						
Sistema de distribuição	911	1.055	-	-	10.392	9.740
Prestação de serviços	378	-	-	-	228	59
Energia elétrica para revenda	-	-	17.659	17.038	(206.066)	(194.282)
Pessoal chave da administração						
Honorários e encargos sociais (NE nº 25.3)	-	-	-	-	(596)	(472)
Outras partes relacionadas						
Sercomtel S.A. Telecomunicações (g)	179	169	-	-	2.142	2.031
Fundação Copel						
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	-	-	(5.266)	(5.110)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 18)	-	-	361.588	320.511	-	-
Lactec (h)	14.711	13.034	-	-	(1.335)	(2.333)

- a) O Programa Luz Fraterna, instituído pela Lei Estadual nº 491, de 11.09.2003, permite ao Governo do Estado do Paraná quitar as contas de energia elétrica de famílias paranaenses de baixa renda (devidamente cadastradas) quando o consumo não ultrapassar o limite de 100 kWh no mês. O benefício é válido para ligações elétricas residenciais de padrão monofásico, ligações rurais monofásicas e rurais bifásicas com disjuntor de até 50 ampères. Também é preciso que o titular não tenha outra conta de luz no seu nome e não tenha débitos em atraso com a Companhia.
- b) Ressarcimento do valor correspondente à remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Governo do Estado do Paraná. Para os saldos de 31.12.2012 foi constituída PCLD no valor de R\$ 135 (R\$ 527 em 31.12.2011).



COPEL

Copel Distribuição S.A.



- c) Em 09.02.2012, a Aneel aprovou novo contrato de mútuo firmado entre a Copel (mutuante) e Copel Distribuição (mutuária), no valor de R\$ 800.000, com prazo definido de dois anos e juros de 109,41% da taxa DI. A destinação dos recursos foi a quitação das obrigações do contrato de mútuo firmado em 27.02.2007 e quitado em 23.02.2012. O saldo do passivo referente a 2012 é apresentado líquido dos custos de transações, no valor de R\$ 8.657.
- d) A Companhia mantém com a Copel Geração e Transmissão Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado - CCARs, Contratos de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST e Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT.
- e) A Companhia mantém com a Copel Telecomunicações contratos de compartilhamento de postes, com vencimento em 27.12.2016, e contrato de prestação de serviços de telecomunicação.
- f) A companhia mantém com a Elejor contrato de compra e venda de energia e contratos de uso de sistema de distribuição, com vencimento em 07.07.2015.
- g) A Sercomtel S.A. Telecomunicações é coligada da Controladora e mantém contrato de compartilhamento de postes com a Copel Distribuição, com vencimento em 20.08.2013.
- h) O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec foi constituído em 06.02.1997, sob a forma de associação sem fins lucrativos, e tem por objetivo a promoção do desenvolvimento econômico, científico, tecnológico, social e sustentável da preservação e conservação do meio ambiente. Foi qualificado, em 2000, pelo Ministério da Justiça, com base na Lei nº 9.790, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, que permite, dentre outros desenvolvimentos, o de parceria com o setor público por meio de dispensa do processo licitatório. Os associados são: Copel, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Instituto de Engenharia do Paraná - IEP, Federação das Indústrias do Estado do Paraná - Fiep e Associação Comercial do Paraná - ACP.

O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel Distribuição, submetidos a controle prévio ou a *posteriori*, com anuência da Aneel.

Os saldos do ativo referem-se a Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento, contabilizados no Circulante, na conta Serviços em curso, na qual devem permanecer até a conclusão do projeto, conforme determinação da Aneel.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



30 Seguros (não auditado)

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos nomeados (30.1)	24.08.2013	595.328
Incêndio - imóveis próprios e locados (30.2)	24.08.2013	355.210
Responsabilidade civil - (30.3)	24.08.2013	12.000
Engenharia - (30.4)	24.08.2013	apólice por averbação
Transporte nacional e internacional - exportação e importação (30.5)	24.08.2013	apólice por averbação
Riscos diversos (30.6)	24.08.2013	193
Responsabilidade Civil para diretores e administradores - D&O (30.7) *	30.06.2013	51.088

* O valor da importância segurada de Responsabilidade civil para diretores e administradores foram convertidos de dólar para real com a taxa do dia 30.12.2012, R\$ 2,0435.

30.1 Riscos nomeados

Apólice contratada destaca as subestações, nomeando os principais equipamentos, com os respectivos valores segurados. Possui cobertura securitária básica de incêndio, queda de raios, explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

30.2 Incêndio

Imóveis próprios e locados – cobertura para os imóveis e parte dos seus conteúdos. Garante o pagamento de indenização ao segurado ou proprietário do imóvel, pelos prejuízos em consequência dos riscos básicos de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, mais a cobertura adicional de vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e fumaça.

30.3 Responsabilidade civil

Cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia. Possui também cobertura adicional para prestação de serviços em locais de terceiros e responsabilidade civil de empregador.

30.4 Riscos de engenharia

Cobertura dos riscos de instalação, montagem, desmontagem e testes em equipamentos novos, principalmente em subestações. Contratada apólice na modalidade por averbação, conforme a ocorrência e necessidade para cobertura dos riscos na execução de serviços de engenharia.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



30.5 Seguro de transporte

Garante cobertura contra as perdas e danos causados às mercadorias durante o transporte, por qualquer meio adequado, em operações no mercado interno ou externo, nas modalidades de transporte nacional e internacional de importação e exportação. Contratada apólice na modalidade por averbação, sendo basicamente utilizada para o seguro de transporte de equipamentos elétricos, eletrônicos.

30.6 Riscos diversos

Garante cobertura para as perdas e danos materiais, causados aos bens descritos na apólice, por quaisquer acidentes decorrentes de causa externa, incluindo os riscos de transladação.

Nesta modalidade de seguro são incluídos os equipamentos elétricos móveis e/ou estacionários, bem como os equipamentos de informática e eletrônicos, quando em operação nas unidades das empresas ou quando arrendados ou cedidos a terceiros.

30.7 Responsabilidade civil para Diretores e Administradores - D&O

Seguro de responsabilidade civil de sociedades comerciais para conselheiros, diretores e administradores D&O - *Directors & Officers*, com abrangência em todo território nacional e no exterior, contratado pela Companhia.

A finalidade do seguro é a cobertura de pagamento dos prejuízos financeiros, honorários advocatícios e despesas processuais decorrentes de reclamação feita contra os segurados em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados dentro de seus atos regulares de gestão.

Estão cobertos pelo seguro conselheiros, diretores, administradores da Companhia e pessoas indicadas pela Companhia para ocupar cargos equivalentes.

31 Conta de Compensação da “Parcela A”

Em função da adoção das normas internacionais de contabilidade, a Companhia deixou de contabilizar ativos e passivos regulatórios e reverteu os saldos existentes.

Estes ativos e passivos continuam sendo registrados na contabilidade regulatória, instituída pela Resolução Normativa nº 396 da Aneel.

Na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA são acompanhadas as variações ocorridas entre os valores homologados, por ocasião dos reajustes tarifários, e os valores efetivamente desembolsados ao longo do período tarifário, dos seguintes componentes de custo da “Parcela A”: Compra de Energia Elétrica (Bilaterais, Itaipu e Leilões), Custo com Transporte de Energia Elétrica (Transporte de Itaipu e Rede Básica) e Encargos Setoriais (Conta de Consumo de Combustíveis - CCC; Conta de Desenvolvimento Energético - CDE; Encargos de Serviços do Sistema - ESS e Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia - Proinfa).



COPEL

Copel Distribuição S.A.



A Aneel autorizou a Copel Distribuição, por meio da Resolução Homologatória nº 1.296, de 19.06.2012, a aplicar em suas tarifas de fornecimento, a partir de 24.06.2012, reajuste médio de -0,81% (negativo), sendo -0,11% (negativo) relativos ao reajuste das tarifas e -0,70% (negativo) relativos aos componentes financeiros pertinentes, dentre os quais, a CVA, representando o total de (R\$ 41.622), sendo composta por duas parcelas: a CVA em processamento, relativa ao ano tarifário 2011-2012, no valor de (R\$ 42.525), e o saldo a compensar da CVA de períodos anteriores no valor de R\$ 903. Depois da retirada do ativo regulatório (CVA) concedido no ano anterior, o efeito desse reajuste foi uma redução média de 0,65% nas tarifas dos consumidores.

Caso os ativos e passivos regulatórios fossem contabilizados, a Companhia teria em suas Demonstrações Financeiras os seguintes saldos:

Composição dos saldos da CVA

		Ativo circulante		Ativo não circulante	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	
CVA recuperável reajuste tarifário 2011					
CCC	-	6.588	-	-	
CDE	-	4.023	-	-	
Transporte de energia comprada (Itaipu)	-	1.111	-	-	
	-	11.722	-	-	
CVA recuperável reajuste tarifário 2012					
CCC	-	75	-	75	
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	14.181	18.081	-	18.081	
CDE	5.856	3.074	-	3.074	
Proinfa	5.565	-	-	-	
Transporte de energia comprada (Itaipu)	1.356	1.106	-	1.106	
	26.958	22.336	-	22.336	
CVA recuperável reajuste tarifário 2013					
CCC	1.626	-	1.626	-	
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	22.047	-	22.047	-	
ESS	35.860	-	35.860	-	
CDE	3.261	-	3.261	-	
Proinfa	1.037	-	1.037	-	
Transporte de energia comprada (Itaipu)	1.297	-	1.297	-	
	65.128	-	65.128	-	
	92.086	34.058	65.128	22.336	



COPEL

Copel Distribuição S.A.



	31.12.2012	Passivo	Passivo	
		circulante	não circulante	
		31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
CVA compensável reajuste tarifário 2011				
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	-	4.235	-	-
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	-	10.414	-	-
ESS	-	12.896	-	-
Proinfa	-	649	-	-
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	-	23.828	-	-
	-	52.022	-	-
CVA compensável reajuste tarifário 2012				
CCC	363	-	-	-
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	17.871	17.273	-	17.273
ESS	18.982	16.696	-	16.696
Proinfa	-	166	-	166
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	9.679	27.350	-	27.350
	46.895	61.485	-	61.485
CVA compensável reajuste tarifário 2013				
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	10.062	-	10.062	-
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	41.828	-	41.828	-
	51.890	-	51.890	-
	98.785	113.507	51.890	61.485

Mutação da CVA

	Saldo em					Saldo em
	1º.01.2012	Diferim.	Amortiz.	Atualiz.	Transf.	31.12.2012
Ativo						
CCC	6.738	2.960	(6.958)	512	-	3.252
Encargos uso sist. transm. (rede básica)	36.162	36.238	(14.787)	662	-	58.275
ESS	-	71.165	-	555	-	71.720
CDE	10.171	12.170	(10.375)	412	-	12.378
Proinfa	-	13.116	(5.804)	327	-	7.639
Transporte de energia comprada (Itaipu)	3.323	3.097	(2.594)	124	-	3.950
	56.394	138.746	(40.518)	2.592	-	157.214
Circulante	34.058	37.743	(40.518)	693	60.110	92.086
Não Circulante - NC	22.336	101.003	-	1.899	(60.110)	65.128
Passivo						
CCC	-	726	(376)	13	-	363
Encargos uso sist. transm. (rede básica)	4.235	-	(4.525)	290	-	-
Energia elétrica comp. p/ revenda (Itaipu)	44.960	22.569	(29.729)	195	-	37.995
ESS	46.288	5.538	(33.447)	603	-	18.982
Proinfa	981	(316)	(695)	30	-	-
Energia elétrica comp. p/ rev. (CVA Energ)	78.528	50.260	(35.390)	(63)	-	93.335
	174.992	78.777	(104.162)	1.068	-	150.675
Circulante	113.507	(5.990)	(104.162)	(369)	95.799	98.785
Não Circulante - NC	61.485	84.767	-	1.437	(95.799)	51.890



COPEL

Copel Distribuição S.A.



32 Eventos Subsequentes

32.1 Revisão Tarifária Extraordinária da Copel Distribuição

Conforme Resolução Homologatória nº 1.431/13 da Aneel, a partir de 24.01.2013, as tarifas de energia elétrica praticadas pela Copel Distribuição foram reajustadas. A tarifa da concessionária foi reduzida 19,28% em média. Esse percentual refere-se à diminuição do custo com a compra de energia, despesas de transmissão, redução de encargos setoriais e retirada de subsídios da estrutura tarifária que anteriormente eram pagos pelos consumidores, por meio de suas tarifas. Os clientes perceberão benefícios parciais de redução na tarifa a partir de 24.01.2013 e completos somente a partir de 25.02.2013.

Em atendimento à Resolução Normativa 396 de 23.02.2010 da Aneel, informamos que as Demonstrações Financeiras Societárias estarão disponíveis no site da Copel a partir de 28.03.2013 e as Demonstrações Financeiras Regulatórias, a partir de 30.04.2013.



Copel Distribuição S.A.

**Relatório dos auditores independentes sobre
as demonstrações financeiras**



KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º
80410-180 - Curitiba, PR - Brasil
Caixa Postal 13533
80420-990 - Curitiba, PR - Brasil

Central Tel 55 (41) 3544-4747
Fax 55 (41) 3544-4750
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Copel Distribuição S.A.
Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Distribuição S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copel Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 25 de março de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6-F-PR

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador - CRC 1SP141128/O-2-S-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR048555/O-2

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Distribuição S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das demonstrações financeiras, do relatório anual da administração e da proposta da Diretoria para a absorção do prejuízo referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Curitiba, 26 de março de 2013

JOAQUIM ANTONIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA PORTES
Presidente

ROBERTO BRUNNER

JOSÉ TAVARES DA SILVA NETO